

Revolução

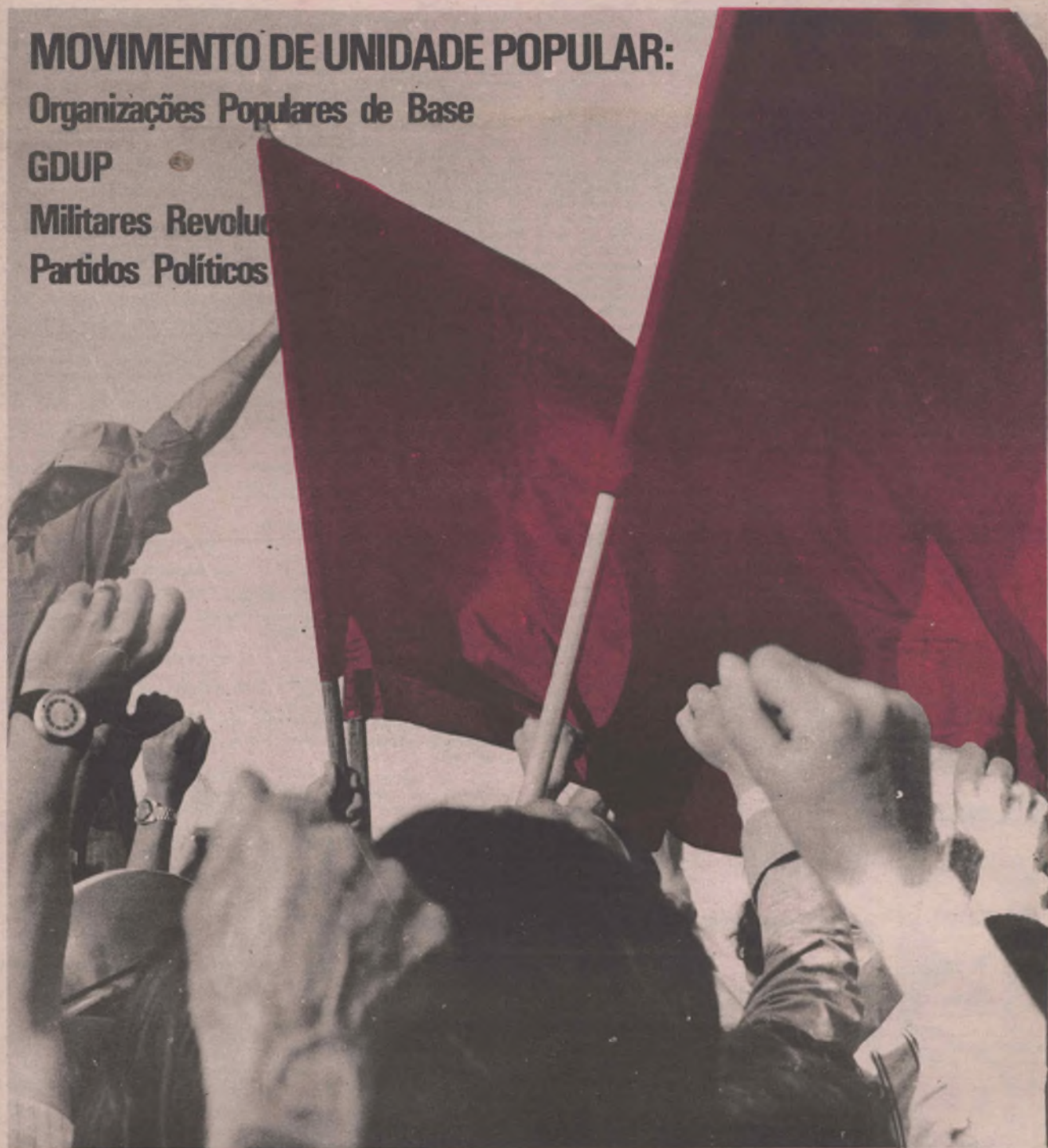
MOVIMENTO DE UNIDADE POPULAR:

Organizações Populares de Base

GDUP

Militares Revolu

Partidos Políticos



PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

dos leitores

Porte-Voz do PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

Crise económica e luta de classes

As crises no modo de produção capitalista produzem-se devido à anarquia da produção (falta de uma planificação da economia) e estas crises expressam bem a contradição entre o carácter social da produção e o carácter privado da gestão.

Os mecanismos básicos produtores das crises capitalistas encontram-se na sobre produção de mercadorias, as quais ao não encontrarem compradores levam à ruína os capitalistas mais débeis, ou (e) a pouca produção de bens de consumo essenciais o que leva o país a recorrer à exportação.

No capitalismo moderno, as tensões sociais que produzem as crises (desemprego, más condições de vida, fome). O Capitalismo moderno consegue suavizá-las introduzindo métodos como subsídios de desemprego seguros, intervenção estatal, maior racionalização económica,

demagogia praticada pelos políticos burgueses, que querem sempre que sejam os trabalhadores a pagarem a crise que eles próprios provocaram e em último caso recorrendo à repressão. Portanto o capitalismo enfrenta-se com problemas muito agudos. Estes problemas podem-se condensar no «desemprego e na inflação».

Com toda esta situação antes descrita é fundamental para o movimento operário prever as possibilidades de recuperação capitalista que tem a burguesia. Não são os empréstimos que o sr. Soares arranjar pois eles não serão para investimento mas sim para aquisição de bens de consumo, e isso ainda vai levar Portugal a uma dependência cada vez maior do Imperialismo.

Uma reestruturação interna é uma via impraticável (pois seria necessário recorrer a uma forte repressão) e isto está a levar o governo a apli-

car uma política ambígua que tende a que a burguesia fascista ganhe posições.

Portanto as possibilidades de recuperação real só são possíveis através de medidas repressivas sobre os trabalhadores para que estes suportem um forte aumento da exploração.

Mas com o agudizar da crise muitos trabalhadores verão afinal qual é a política que lhes serve e que defende os seus interesses de classe. Portanto as perspectivas para Outono-Inverno são pois, de um «maior grau de radicalização da luta dos trabalhadores».

No meu modo de ver, a crise económica, por si só não põe em perigo a existência do sistema capitalista. É necessário a acção revolucionária da classe operária para acabar de uma vez para sempre a exploração e a opressão. Crise e acção operária estão assim relacionadas dialécticamente: sem crise

económica será mais difícil, muito mais difícil, que a luta de classes possa pôr em perigo a continuidade do sistema capitalista, e a luta de classes, por sua vez, tende a acentuar a crise capitalista. Toda a crise capitalista tão profunda como esta tem pois duas saídas possíveis.

efeitos da crise, pôr-se-á em prática de tipo autoritária com elevados preços a nível de mercado e com uma classe operária muito mal paga sofrendo uma grande repressão.

1 — O sistema explorador supera a crise depois de alguns desajustes a nível internacional e continua o processo de concentração e centralização de capital num novo ciclo. Esta possibilidade implica em fazer pagar à classe operária os

2 — O sistema não consegue superar a crise, devido a todo o género de condições, como sejam, o grau de consciência e de organização dos trabalhadores no ponto mais grave da crise (ponto de ruptura) e pela luta de classes vitoriosa para a classe operária, culminando com a tomada do poder pelos trabalhadores.

O clero e o fascismo

No dia 11 de Agosto, numa aldeia do concelho de Olhão, em Moncarapacho, quando uma jovem de 17 anos de nome Maria Vitória Marcelino, moça simples e pobre desta freguesia, foi contactada por uma família de raça cigana para ser madrinha de uma criança, e resolveu ir falar com o pároco da aldeia padre Isidoro, conhecido na região pelas suas posições reacconárias.

Este ao ser contactado pela jovem disse que ela não podia ser madrinha argumentando várias coisas, entre elas, que ela

ia para a praia, que andava de calções, que usava vestidos sem costas etc. Este é um dos casos em que os padres actuando como verdadeiros caciques tentam que os trabalhadores os sigam e «excomungam» os que se recusam ao servilismo e aos valores da sociedade fascista, exercendo pressões sobre as populações, que na sua boa fé acreditam suas posições reacconárias.

Este padre não procedeu desta forma devido ao uso dos calções, mas utilizando estes como pretexto à repressão política por Maria Vitória

ser identificada como uma mulher que como muitas outras nesta aldeia apoiaram a candidatura revolucionária do general, Otelo Saraiva de Carvalho.

O fascismo ataca nas várias frentes e o clero é um dos componentes com que eles contam para reconduzir o país ao 24 de Abril.

Posto isto camaradas temos que nos organizar em torno de objectivos concretos, que possam unir todos os explorados deste país na mesma luta.

A luta continua.

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

Semestral 90\$00 Anual 180\$00 PAGAMENTO

Extrangeiro
Semestral 300\$00 Anual 600\$00 Em cheque
Em vale

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO
SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE
Rua Álvares Cabral, 110, PORTO
LIVRARIAS REVOLUÇÃO

CABO RUIVO
Rua do Vale Formoso de Lima, 127-A. Horário — das 12 às 14 horas e das 16.30 às 24 horas.

ODIVELAS
Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas.

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759/315786

VIANA DO CASTELO — Rua de Altamira, 102 Tel. 24320

MATOSINHOS — Rua Conde de S. Salvador, 374
Tel. 931925

BARCELOS — Av. Liberdade 60 r/c
Tel. 830088

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Eça de Queiros, nº 33

COVILHÃ — Rua Visconde da Corneada, n.º 60 Tel. 25542

MARINHA GRANDE — Rua Marques de Pombal, nº 65

CASTELO BRANCO — Rua de Santa Maria, 10

ARGEA — Tel. 92169

S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Afreco, n.º 142
Tel. 24149

ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. da República, n.º 40

ALGES — Rua Victor Duarte Padroso, n.º 15 — Alges de Cima
Tel. 2100337

SACAUÉM — Largo 5 de Outubro n.º 16-17 Tel. 2512807

PAREDE — Rua Gomes Freire de Andrade, 1 Tel. 2474142

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, n.º 40 Tel. 939525

CACÉM — Rua de Paço de Arcos, lote 16

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Rua Jorge de Sousa

SETÚBAL — Praça do Bocage, 3

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, n.º 10 Tel. 2763267 / 2763397 / 2763122

BARREIRO — Rua dr. Eusébio Leão, n.º 21 Tel. 2076745

QUINTA DA LOMBA — Rua de Goa, 21-A

LAZRADIO — Rua dr. José Carneiro Lobo, n.º 312

SINES — Rua Marquês de Pombal, n.º 86 Tel. 62890

TORRÃO — Horta Seca

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

EVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998

BEJA — Rua Alexandre Herculano, n.º 29 Tel. 24594

ALJUSTREL — Rua da Liberdade, n.º 13, Aljustrel

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Reitor Teixeira Guedes, n.º 35 - Tel. 24107

OLHÃO — Rua 18 de Junho, n.º 6A - B - C

LOULÉ — Av. José da Costa Meaiba, n.º 39 - 1.º Tel. 63043

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17

ESTOMBAR — Rua D. Pedro Gakão, 5

MONCHIQUE — Estrada da Foia, 9, Monchique

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA
LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770917

e a actualidade nacional

DISCURSO DE MÁRIO SOARES

Prefácio de Freitas do Amaral é trampolim para Kaúlza de Arriaga

Para quem tivesse dúvidas, o discurso de Mário Soares deixou bem claro que a governação do P. S. é e será cada vez mais uma lança dirigida contra as classes trabalhadoras, ao serviço da burguesia e do imperialismo. A intervenção do Primeiro-Ministro bem poderia, com efeito, ser rotulada de Programa de Recuperação Capitalista.

Mário Soares e o P. S. sabem bem que o fíel da balança da situação política é o problema económico. Por isso, tanto falou de problemas económicos e de economia, esmerando-se na tentativa vã de fazer crer que o seu Governo era capaz de resolver a crise que se atravessa. Ficou a saber-se duas coisas: por um lado, que a crise não só não será debelada como até se agravará sobremaneira a curto prazo; por outro lado, que a única determinação do Governo é a firmeza que proclama em fazer pagar aos trabalhadores, pela força, a crise capitalista.

É assim que Soares resume as origens da actual situação às heranças do fascismo e do gonzalvismo, ignorando que, no fundamental, a crise não é devida às más gerências das estruturas capitalistas da sociedade (e de que o P. S. foi um dos primeiros responsáveis), mas é sim consequência da sociedade capitalista em que vivemos e parte integrante da crise do capitalismo à escala mundial.

Ficou a saber-se, pois, que o «socialismo pluralista» de Mário Soares visa uma sociedade de consumo, com todo o respeito pela exploração capitalista em que militares e militarizados voltam a cumprir o papel de cães de guarda dos exploradores. Que a crise era agravada pela «preguiça» dos trabalhadores, pelas greves selvagens, pela «fúria» reivindicativa, tudo isto contribuindo para o desinteresse em investir por parte do imperialismo. Mas ficou por dizer que a burguesia é profissional no absentismo ao trabalho, que as greves só existem quando existe exploração e opressão, e que a «fúria» reivindicativa das classes trabalhadoras é muito menor que a dos ministros, deputados e militares que, na generalidade, nunca produzem.

Ficou a saber-se que a Reforma Agrária era um «fracasso» e que deu lugar a algumas injustiças e que o pretenso fracasso e as ditas injustiças são pretexto para o P. S. executar aquilo que Soares não teve a coragem de dizer: atacar uma das principais conquistas dos trabalhadores fazendo regressar aos campos a lei dos senhores da C. A. P. E ficou a saber-se que o P. S. nada fará para valer aos camponeses do Centro e do Norte que em muitos casos votaram no próprio P. S.

Soares diz que os sindicatos devem ser «apartidários». Mas fica claro que o seu objectivo é dividir os trabalhadores, criando, ao rever a lei da unicida-

de, condições para o aparecimento de múltiplas centrais sindicais algumas das quais criadas, pagas e manobradas pelo imperialismo. E esqueceu-se de dizer que, para essa manobra, conta Soares com os «seus» sindicatos (de alguns dos sectores mais bem remunerados) que fazem à Intersindical uma crítica de direita. Ficaram os trabalhadores a saber que o patrão poderá fazer o que muito bem lhe apeteça, que o seu poder de despedimento imediato vai ser reforçado e que para haver greve seria necessário fazer um requerimento do respectivo sindicato, discuti-lo e aguardar despacho... Por outras palavras, o P. S. pretende dividir os trabalhadores e privá-los do seu mais valioso instrumento de luta: as comissões de trabalhadores.

A demagogia atingiu o auge quando Soares enunciou uma série de pequenas medidas tendentes a fazer crer que o esbanjamento de dinheiro seria combatido. Será que Soares esquece os milhões de contos gastos sem critério com os retornados das ex-colónias? Ou será que Soares chama a isso um investimento... eleitoral? E os já referidos ordenados de militares, deputados e ministros? E quanto ganha um administrador de empresa nomeado pelo Estado? E quem levou do País largas dezenas de milhões de contos? E porque se pagam a tropas mercenárias ao mesmo tempo que se saneiam soldados a cumprir o tempo normal de serviço militar? É realdescarado para depois de tudo isto anunciar o pagamento de indemnizações aos fascistas exploradores, recheados de bens e dinheiro, no País ou no estrangeiro!!!

Para o P. R. P., esta intervenção do Primeiro-Ministro reforça sobremaneira a necessidade dos trabalhadores encontrarem a sua unidade e reforçarem a sua organização com vista a fazer frente à investida da reacção e da burguesia. Os aumentos de preços vão colocar na ordem do dia a revisão dos salários. Mas tanto ou mais importante do que isso, é urgente que os trabalhadores enfrentem a tentativa de instauração de um clima militarista nas empresas, nas fábricas, nos bairros, nos campos, nas escolas e nas ruas.

Para o P. R. P., Mário Soares enterrou publicamente qualquer panaceia do tipo de uma pretensa «maioria de esquerda». Os trabalhadores têm de compreender até às últimas consequências que estamos perante reais tentativas de regresso ao fascismo e que só uma tenaz resistência organizada poderá obstar a tal desfecho. Debater amplamente estes problemas, organizar as classes trabalhadoras na sua luta contra o capital e a reacção eis as exigências do momento. Compreender que a resistência eficaz ao regresso do fascismo implica conquista do Poder pelas classes trabalhadoras, e trabalhar para que estas se or-



... O «socialista» Mário Soares visa uma sociedade de consumo, com todo o respeito pela exploração capitalista...

ganizem nesse sentido, eis a grande tarefa dos revolucionários, e que estes só unidos e organizados em torno de objectivos claros e definidos poderão executar. Esta é a grande tarefa que o Movimento de Unidade Popular pode e deve levar a cabo, dando o melhor seguimento à movimentação de

massas desencadeadas em torno da candidatura de OTELO.

EM FRENTE PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

A C.I.I.D. do P.R.P.
(Comissão de Imprensa, Informação e Documentação do Partido Revolucionário do Proletariado)

Divisões no PS

Com o agudizar da crise económica e consequente clarificação da situação política, apresentando-se como cada vez mais evidente aos olhos dos trabalhadores que a saída para a crise é uma saída violenta é a Revolução Socialista, ou que, a não ser assim, será a burguesia que se imporá através de uma ditadura fascista. Os partidos como o PS onde a constante é a política de conciliação de classes, (é a tentativa de estabilização da democracia burguesa) vão, neste processo, rompendo-se.

Partido eleitoralista que tente salvar o capitalismo, temendo e lutando contra o Poder dos trabalhadores mas cedendo e conciliando com a burguesia, as divisões no PS vão-se agudizando, sobretudo a divisão entre a sua cúpula social-democrata e as suas bases trabalhadoras que, durante este tempo se mantiveram no PS, muitas vezes erradamente em posições de direita como forma de repúdio pelo estalinismo e burocracia do PC sem perceberem que a alternativa é o poder democrático e revolucionário dos trabalhadores exercido por intermédio dos seus órgãos representativos de classe.

Durante as eleições presidenciais foi clara a divisão do PS entre a sua cúpula e as suas bases que quer votando em Pinheiro de Azevedo e,

portant repudiando o candidato Ramalho Eanes, que votando em Oteló na alternativa revolucionária, foram contra as decisões da sua direcção. Mas não são só estas as divisões no PS. Nos seus órgãos dirigentes e no próprio governo cavam-se as divisões entre aqueles que não estão dispostos a ceder a mais pressões da burguesia fascista, aqueles que consideram queisto está a virar demasiado à direita, que não concordam com a política do governo de ir sempre contra os interesses dos trabalhadores e aqueles que estão dispostos a defender o capitalismo até ao fim mesmo que para isso venha a custar a morte de milhares de trabalhadores e revolucionários, a imposição de uma ditadura fascista.

É assim que surge o chamado Grupo de defesa do Programa do Partido Socialista, é assim que se fala no possível abandono de alguns membros do Governo, pelo menos do cavar das divisões entre estes homens e a política que o governo está a seguir. Estamos-nos a referir concretamente a Lopes Cardoso e Sousa Gomes. Aliás a imprensa burguesa já vai dando mostras destes feitos.

Assim o «Expresso» semanário cujo director é do PPD afirma no editorial: «Quando, por exemplo o Programa do

Governo e o Primeiro-Ministro dizem uma coisa e o ministro da Coordenação económica e do Plano (Sousa Gomes) diz outra, não se trata apenas de uma possível (e natural) diferença de «leitura» mas de uma indefinição que passa pela própria estrutura do governo «e mais adiante» Quando por exemplo o ministro da agricultura e Pescas expropria as propriedades de cidadãos estrangeiros, não se trata apenas de contrariar as promessas dos governantes de seis governos provisórios, mas de indefinição, relacionada com uma grande autonomia de cada membro do actual governo (dentro do Partido Socialista e dentro do actual governo)...

São as divisões que se vão cavando com o agudizar da crise económica, com o crescer das lutas operárias, com a construção da alternativa revolucionária. São estas alguns dos sintomas claros de que o governo PS é um de passagem ou para o poder dos trabalhadores ou para o fascismo se até lá os trabalhadores não construírem a alternativa orgânica e política para ganharem os combates que se avizinham — O Movimento de Unidade Popular com as suas quatro componentes: as organizações populares de base, os GDUPS, os partidos e os militares revolucionários.

e a actualidade nacional

Interrogação sobre os militares e o futuro

Então onde está o chamado grupo dos «nove»? Existe ou não existe? E se existe é só como projecto político ou também tem corpo? E se tem corpo, terá ou não terá ele armas? O mais natural, para se ter uma resposta a estas interrogações, seria interrogar os próprios «nove». Mas a verdade é que, interrogados como já o foram, cada qual responde à sua maneira! O que significa que as contradições de tal projecto (in)definido no «documento dos nove» — São tamanhas que se reprecitem no seu próprio seio. Os «nove», o MFA, o «socialismo», são conceitos diferentes nas cabeças de um Melo Antunes ou de um Vasco Lourenço.

Aqui, no descalço do «nove», mais do que no condenado Governo PS, se materializa uma impossibilidade: a impossibilidade de consolidação ou mesmo manutenção, desta peccatória e contraditória democracia burguesa. «Casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão» — Dizia na televisão, há dias, um popular visense.

Traduzido o provérbio em termos políticos, quer dizer que em situação de profunda crise económica (como é a actual) cujas raízes se situam no sistema (capitalista) em que vivemos e não na gerência desse sistema (regime), não há lugar para «soluções» de meias-tintas. Ou sim ou sops! Ou ditadura da burguesia (fascismo), ou ditadura do proletariado! Não há cabimento, nem sequer para capitalismo de Estado! E neste quadro que os «nove» se vão arrastando numa marcha de redopio que não leva a nenhuma saída, senão à do seu próprio desaparecimento. E aqui falamos dos «nove» como projecto político, como corrente ideológica, como corpo e como força militar! Há muito, aliás, que dizemos. Mais concretamente sempre o dissemos. Se hoje voltamos ao assunto, é porque o desfecho já esperado está em vias de clara concretização.

Charais e Pezarat são arreados dos seus postos de comando operacional. Vasco Lourenço é vivamente contestado, mau grado os seus sucessivos passos à direita, até porque à direita consequente (fascistas) só cola quem ela quer. Ou, por outras palavras, só tem a sua confiança quem der garantias totais. Aqueles que se limitarem a dar garantias parciais não passarão de peões de brega, de trampolim para a ascensão de «genújos». Peão de brega, tampolim, foi o papel desempenhado pelos «nove» no Verão de 75, até ao 25 de Novembro. Mas quando os saltadores, sobem, os trampolins ficam. Quando a «estrela» brilha, o peão de brega cai no esquecimento.

Natural, pois, a contestação a Vasco Lourenço. Natural a contestação a Melo Antunes (aqui trata-se de decepar a cabeça política dos agora incómodos utopistas). O ataque cardíaco de Pinheiro de Azevedo poupou-o a mais uma contestação (menos um problema a sanear por Souto Cruz).

E Rocha Vieira que se acatele! E Ramalho Eanes que se definal! Não porque nós levantemos uma vez mais o problema. Não porque nós queiramos ou não a desestabilização da situação, porque esta não surge por vontade de A ou de B, como também não depende pelo voto de A ou de B. A desestabilização existe, é um facto. E não cessará de agravar-se, este é outro facto. Não porque nós o apon-

temos, nem sequer pelo facto de Moraes e Silva o demonstrar com as «suas» iniciativas na Indonésia, com as faltas do seu ramo a cerimónias em que as aparências de sossego são tradição, com as suas declarações despidas de conteúdo nas palavras mas preenchidas de recheio nas entrelinhas; e também pelas ausências de Jaime Neves em solenes cerimónias militares, em contraste com as suas presenças em manifestações civis dos CAP-Riomaionenses.

E Spínola veio mesmo para passar férias no Luso-Buçaco? E Marcelino Mata, distinto comandante da elite das elites das tropas especiais criadas por Spínola para acções de massacre na Guiné-Bissau? Virá para fazer aquilo que não sabe fazer ou aquilo que se tornou especialista? E terão estes vindo sem contactos prévios ou será que Soares e Eanes o sabiam já? E até onde vão as complicitades que permitem a Alpoim Calvão passear-se pelas terras do Norte, que tão bem conhece e onde tão bem conhecido é?

A propósito vaivai mesmo haver luz sobre os bombistas? Ou não haverá mesmo luz e lá vamos nós pensar que as complicitades são ainda maiores do que as denunciadas por Walraff? E que a operação teria constado de umas prisões para encobrir ou reduzir as repercussões dos regressos havidos, mais dos que se adivinham...

Não há dúvida: as coisas vão mal pelos lados do poder político-militar. Como do lado civil, de resto. O que vale é que os nossos militares são demasiado primários como políticos e não conseguem dizer ou fazer duas sem deixar cair o véu. Ou será que os há que são os primeiros interessados em levantar alguns véus? A Brigada de NATO em Santa Margarida, por exemplo, em que militares portugueses (qual a sua biografia?) serão colocados sob as ordens de oficiais americanos, terá alguma coisa a ver com a «Independência Nacional» propalada por Eanes? E treino de tropas portuguesas na Alemanha Federal sob a batuta do Canadá? Trata-se de questão de treino ou de ostensiva tentativa da direita fascista de criação de forças especiais suas fiéis que venham a desequilibrar ostensivamente e derradeiramente a balança a seu favor?

E se se fala na preocupação de estabilização da situação, porque o recurso a forças armadas especiais que apontam para o desequilíbrio da correlação de forças a nível do poder político-militar? A propósito, os mercenários vão continuar a existir? Se sim, porque tamanhos gastos quando se exige aos trabalhadores o apertar do cinto? E porque tanta preocupação

em melhorar os meios de que dispõe as forças armadas se não há mais guerra colonial nem perigo de invasão do exterior? e porquê a concentração do material mais eficiente em determinadas unidades? E porque o escandaloso aumento de ordenados e regalias aos militares do quadro, agora que o dinheiro faz falta até para a aquisição de produtos de primeira necessidade? E afinal que disciplina pretendem os senhores militares que mantêm Otelo fora da carruagem? A que os «Comandos» exemplificam com ataques gangsteristas às «Boites» que tão assiduamente frequentam? Ou nas batalhas campanhas que os mesmos «Comandos» e a Polícia do Exército travam em pleno Rossio? A propósito, será que Otelo foi afastado por não ter permitido estas acções «disciplinadas» e «disciplinares»? C^o será que a liberdade de movimentos lhe é vedada por não ter tido a coragem de mandar bombardear e cercar um quartel, nem ter fugido como qualquer coelhito o faz logo que qualquer ratito o assusta? Disciplina. Disciplina? Será que, mesmo em termos de fracções, os spinolistas são internamente disciplinados? Ou será que Eanes e os «Nove» sabem ou julgam que não? O Azeredo esse sim! ele próprio o disse, e, que diabo, ou há pluralismo

ou então cada qual tem direito a conspirar! Ou não é verdade que entre Spínola e Melo Antunes o entendimento morreu? E no actual pluralismo haverá lugar para nós pensarmos alto que tudo isto (e o que mais ficou por se dizer) aponta para a preparação de sucessivas golpadas até a direita atingir coesão e força para esmagar pela violência a resistência das massas trabalhadoras? Enfim, que o imperialismo realista e experiente, sabe que a sua solução é um golpe fascista? E que há quem de bom grado se lhe ponha ao serviço?

E os trabalhadores, qual o seu papel? Assistirem, impávidos e serenos ao desenrolar dos acontecimentos? Ou nos enganamos ou é isso que a direita e os fascistas, enfim, o imperialismo, pretendem. Logo, é isto que os revolucionários não podem aceitar e os trabalhadores também. Até porque não há golpe fascista sem que a reacção tenha uma base social de apoio mínimo. Até porque quanto mais se recuar ou menos os trabalhadores avançarem (nas lutas e na organização), mais depressa o fascismo baterá à porta, e quando bater, ou será mesmo o fascismo, ou o poder das classes trabalhadoras organizadas. E não há guerra sem soldados, nem soldados sem trabalhadores fardados



Então onde está o chamado grupo dos «nove»? Ou sim ou sops! Não há lugar para soluções de meias tintas.

Os GDUP's e o Congresso dos Sindicatos

Junto transcrevemos o documento aprovado na Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular para a intervenção e mobilização de todos os trabalhadores organizada e conscientemente no processo do Congresso dos Sindicatos.

Pensamos que este documento pode servir como base para uma discussão aprofundada no seio do movimento de Unidade Popular.

1 — INTRODUÇÃO

Para o fortalecimento da resistência popular é fundamental que o Movimento Sindical seja unitário, forte e independente. As manobras do patronato e do Governo contra os trabalhadores, contra o direito à greve, procurando decretar leis anti-operárias que limitem o desenvolvimento das reivindicações e da lutas, exigem uma forte resposta popular, exigem a cada vez maior unidade dos explorados na defesa da sua liberdade de organização e combate. É imprescindível a construção do sindicalismo de classe, impedindo que se instale nos sindicatos portugueses a perspectiva da conciliação e da negociação permanente com os patrões e o Governo. Há que defender a Central Sindical Única, combatendo firmemente todas as tentativas de pluralismo sindical em que apenas os patrões e os imperialistas estão interessados. Só eles querem ver os trabalhadores dispersos e divididos, manipulados pelos partidos burgueses, impedidos de unidos combater o inimigo comum. Há que eliminar o cupulismo, o burocratismo do Movimento Sindical Português, garantindo a democraticidade da vida sindical, o controle permanente dos trabalhadores sobre os seus sindicatos. Temos que varrer a institucionalização das manobras sectárias dos Partidos nos sindicatos, o que é uma forma subtil de praticar o pluralismo sindical apregoando a unidade.

Mas para que o Congresso dos Sindicatos possa determinar esta linha geral de princípios e práticas para o Movimento Sindical é necessário que tal Congresso não seja uma fraude, é fundamental que não sejam cozinhas decisórias nas costas dos trabalhadores, é imprescindível a participação activa e consciente dos trabalhadores na preparação e no decorrer do Congresso dos Sindicatos. O Congresso Sindical tem que ser totalmente democrático, tem que ser preparado e desenvolvido pelos trabalhadores. Só assim se poderá dar largos passos, desde já, no caminho da unidade e do fortalecimento do Movimento Sindical. A discussão dos problemas dos explorados, a construção do Movimento Sindical unitário, não cabe apenas às direcções sindicais. O Congresso dos sindicatos tem que ser obra de todos os trabalhadores que nas fábricas, no mar, nos campos e nos escritórios se devem pronunciar sobre todas as questões que lhes dizem respeito. Desde já os GDUP's devem, de Norte a Sul do País, nas fábricas ou nos campos, mobilizar os trabalhadores para lutarem, pela participação directa no Congresso dos Sindicatos. No Congresso deverão participar prioritariamente com todos os di-

reitos delegados dos trabalhadores eleitos nos locais de trabalho e gozando da confiança dos seus camaradas.

Nas costas dos trabalhadores desenham-se manobras e pressões para adiar o Congresso Sindical para uma altura em que já estejam em vigor novas leis anti-populares que o Governo social-democrata está a cozinhar. Assim se procuraria limitar a importância do Congresso, colocando-o perante factos consumados. Se os trabalhadores não trabalharem desde já, estas manobras poderão concretizar-se, pois o reformismo conciliador tudo negoceia. É preciso que os trabalhadores se mobilizem e imponham que o Congresso dos Sindicatos não seja adiado para o momento que mais interessa ao patronato.

Assim nós dizemos: fortaleçamos o Movimento Sindical, combatendo o manobristo o controleirismo e o cupulismo, impondo a democraticidade e representatividade do Congresso dos Sindicatos, pela unidade e luta dos trabalhadores!

2 — OBJECTIVOS CONCRETOS PELOS QUAIS OS ACTIVISTAS DOS GDUP SE DEVEM DEBATER

Dentro do âmbito de preparação da nossa acção para mobilizar os trabalhadores para o próximo Congresso dos Sindicatos e tendo em conta que nos devemos debater para que no Congresso se verifique uma efectiva participação de todos os trabalhadores, de forma organizada e democrática e que em caso algum se consinta na realização duma negociação PS/PC nas costas dos trabalhadores, adiantam-se a seguir alguns objectivos concretos pelos quais os activistas dos GDUP se devem debater em todo o país e no que respeita ao regulamento do Congresso.

2.1 — MÉTODOS DE APROVAÇÃO DO REGULAMENTO

Deve lutar-se para que o Regulamento seja objecto de discussão em cada sindicato e aprovado em plenário de todos os sindicatos, em que as direcções agirão de acordo com as decisões tomadas pelos trabalhadores em Assembleias Gerais, com distribuição prévia de todos os projectos.

2.2 — AUTONOMIA DA REPRESENTAÇÃO DE CADA SINDICATO

O PC, que domina a maioria dos sindicatos significativos, pode pretender utilizar as Federações para «democraticamente» obrigar os sindicatos, incluindo os que não controla, a defender as suas posições. Deve ser defendida a autonomia das posições de cada sindicato, denunciando toda a filtragem que pretendam fazer para



«Desde já os GDUP devem de Norte a Sul do País, nas fábricas ou nos campos, mobilizar os trabalhadores para lutarem, pela participação directa no Congresso dos Sindicatos».

impedir que faça ouvir no Congresso a defesa das posições revolucionárias.

2.3 — COMPOSIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DE CADA SINDICATO

Neste campo há que lutar contra os que pretendem que os sindicatos sejam representados só pelas direcções como aconteceu no Congresso anterior. Deve lutar-se para que a representação de cada sindicato seja feita por um determinado número de elementos da direcção e um número bastante mais elevado (proporcional ao número de trabalhadores representados pelo sindicato) de delegados eleitos democraticamente pelos trabalhadores a partir dos locais de trabalho e das Assembleias Gerais. Deve ainda defender-se o voto individual de cada delegado e recusar o voto colectivo por cada sindicato.

2.4 — MESA DO CONGRESSO

Deve ser eleita só na primeira sessão do Congresso.

2.5 — TESSES E LISTAS PARA O SECRETARIADO

As teses devem poder ser apresentadas por qualquer congressista, por qualquer sindicato, ou por grupos de trabalhadores. A todas as teses deve ser garantida a mesma divulgação.

As listas para o Secretariado e outros órgãos da Central Sindical Única devem poder ser apresentadas por grupos de congressistas ou de sindicatos, recusando sempre que o número mínimo de congressistas ou de sindicatos necessário para apresentação de listas seja tão elevada que torne impossível a utilização fácil deste direito.

2.6 — COMISSÃO ORGANIZADORA

Caberá à Comissão Organizadora a responsabilidade de todo o processo de preparação do Congresso, a abertura do Congresso e a direcção dos trabalhos até à eleição da Mesa. A Comissão Organizadora deverá ser eleita em Plenário de todos os sindicatos.

3. — DIREITO DE TENDÊNCIA

As Direcções Sindicais subscritas da Carta Aberta pretendem obter, através de negociação nas costas dos trabalhadores, a aceitação pelos outros sindicatos do princípio da institucionalização do Direito de Tendência.

Devemos combater o «direito de tendência» que não é mais que o «direito de fracção», isto é fomentar e manter de forma organizada a divisão dos trabalhadores no seio dos sindicatos. Teríamos nas Assembleias, não os trabalhadores unidos na defesa dos seus interesses de classe, mas pelo contrário divididos por partidos e mantendo-se irredutíveis na defesa das suas posições de grupo como deputados no Parlamento.

Teríamos a maioria dos trabalhadores a decidir uma greve e os de outras tendências a não serem obrigadas a cumprir essa decisão.

Teríamos na Direcção, órgão executivo, diversas tendências a combater entre si e a paralizar toda a acção do sindicato.

Devido à prática anti-democrática do Secretariado da Inter e de algumas direcções muitos trabalhadores são levados a aceitar o «direito de tendência» por julgarem que se trata do direito de cada trabalhador exprimir o seu ponto de vista. Temos de lhes explicar que não é isso, que se trata, isto sim, do pluralismo burguês e da divisão no seio dos sindicatos.

Aquilo porque temos de lutar, é pela efectiva democraticidade em todos os níveis da organização sindical, de modo a todos os trabalhadores poderem apresentar os seus pontos de vista, as suas propostas, defender estas propostas, participar na decisão democrática e depois submeter-se a essa decisão.

Quem não quer submeter-se às decisões democráticas é contra a democracia.

Será democracia antes do debate por todos os trabalhadores, no seio das suas empresas e dos seus sindicatos, impor-lhes o direito de tendência?

Isto não será decidir em nome dos trabalhadores e nas suas costas e depois dizer que foram os trabalhadores que decidiram?

Devemos desmascarar as direcções subscritoras da «Carta Aberta» que pretendem impôr, antes mesmo do início do Congresso, a aceitação do direito de tendência por todos os outros sindicatos. Então que democracia é a que essas direcções defendem?

— POR UM CONGRESSO DEMOCRÁTICO DE TODOS OS SINDICATOS!
— PELA CENTRAL SINDICAL ÚNICA;
DEMOCRÁTICA E DE CLASSE!

e a unidade popular



É com estes trabalhadores que se uniram à volta da candidatura de Otelo que se está a construir o Movimento de Unidade Popular.

GDUP

Proposta transitória de princípios organizativos

No número 2 do Boletim dos GDUP's, vem inserido nas suas páginas parte da proposta de princípios organizativos emanada pela CNPUP, a qual pela sua importância e pela necessidade de discussão à volta dela passamos a transcrever:

PROPOSTA PROVISÓRIA DE PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS

I — DEFINIÇÃO POLÍTICA

1 — A candidatura de Otelo à Presidência da República traduziu-se na apresentação de uma proposta política concreta e autónoma, à qual aderiram amplas camadas de trabalhadores e do povo. Criaram-se assim condições para dar corpo a uma frente de massas, claramente demarcada das alternativas reformistas.

2 — Os GDUP's, estrutura lançada durante a campanha eleitoral para enquadrar e organizar todos aqueles que aderiram à candidatura de Otelo e às Bases Programáticas em que esta assentou, surgem como portadores de um projecto político que tem como traços fundamentais a resistência do movimento popular contra a escalada reaccionária e o risco do fascismo e o avanço das conquistas populares contra o capitalismo, pelo socialismo.

Para levar a cabo este projecto político, os GDUP's assumem como questão tática decisiva a **unidade**: unidade entre largas camadas dos trabalhadores e do povo, unidade entre activistas, com ou sem partido, unidade entre organizações políticas, unidade que corresponde a uma das mais fortes aspirações dos trabalhadores e do povo e que representa uma imperiosa necessidade para enfrentar com êxito as grandes lutas que se aviznam.

Este sentido de luta numa palavra de ordem: **povo trabalhador unido contra o fascismo, povo trabalhador unido para o socialismo.**

3 — Os GDUP's aparecem assim como uma nova e decisiva componente desta frente de massas em construção, de que as outras três são as seguintes:

a) A organização autónoma dos trabalhadores, nomeadamente os sindicatos, as organizações populares de base (comissões de trabalhadores e de moradores, conselhos de aldeia)

e as cooperativas;

b) As organizações políticas subscritoras das Bases Programáticas da Candidatura de Otelo; e

c) Os militares progressistas.

Se os GDUP's, como objectivo essencial, visam a unidade dos trabalhadores e do povo a todos os níveis, reconhecem como regra fundamental da construção da unidade o respeito absoluto pela autonomia dos diferentes níveis, nomeadamente a que respeita às organizações de classe dos trabalhadores.

DEMOCRATICIDADE INTERNA

4 — Para salvaguardar a unidade já alcançada e avançar para formas superiores de unidade, impõe-se varer o divisionismo e o sectarismo através de uma rigorosa democraticidade interna dos GDUP's e das suas estruturas de coordenação e de uma constante perspectivação da luta virada para o trabalho de massas, condição essencial para os GDUP's não serem grupos fechados, isolados, enredados nos seus próprios curto-circuitos. A fim de eliminar qualquer clima de suspeição ou de qualquer ambiente favorável às manobras sectárias; os militantes de organizações políticas não devem esconder as suas filiações partidárias.

5 — As Bases para o programa são assumidas pelos GDUP's como plataforma mínima para a elaboração do seu próprio programa de luta. Reconhece-se como uma das tarefas prioritárias dos GDUP's a luta pela reactivação, reforço, desenvolvimento e coordenação das organizações populares de base.

II — PROPOSTA PROVISÓRIA DE PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS

O que é um GDUP e como se forma?

1 — Os GDUP são a forma organizativa que assumiu o movimento de apoio à candidatura de Otelo Saraiva

de Carvalho em ordem ao trabalho político durante a campanha e ao seu prosseguimento após as eleições.

Cada GDUP agrupa os activistas que a nível de local de trabalho ou de habitação ou sector sócio-profissional que militem activamente de acordo com o programa de luta dos GDUP's e dêem uma contribuição financeira regular.

Em cada GDUP deverão estar enquadrados não só os militantes e simpatizantes das organizações partidárias que apoiam a candidatura de Otelo e que apoiam a construção de frente de massas, mas também elementos de outras organizações políticas e activistas sem partido, trabalhando em comum numa base de total democraticidade combatendo em todo o tipo de manobras sectárias.

Cada GDUP deve ser formado numa reunião convocada publicamente por um grupo de activistas, que contactam todos os camaradas interessados em fazer parte do GDUP, sendo a adesão ao GDUP feita a título individual. O alargamento de número de camaradas organizados em cada GDUP é uma tarefa muito importante, que deve ser resolvida sem qualquer espécie de sectarismo.

O SECRETARIADO DOS GDUP's

2 — A fim de levarem por diante o seu projecto político, os GDUP's precisam de reforçar a sua organização a todos os níveis.

Todos os GDUP's, logo que constituídos, devem eleger democraticamente um secretariado, revogável em qualquer plenário de GDUP. Esse secretariado deverá coordenar e dinamizar o trabalho do GDUP. É importante que estejam presentes nesse secretariado camaradas apertados com capacidade de direcção. O secretariado deve providenciar para que a regularidade das reuniões dos GDUP's seja assegurada e trabalhar no sentido de uma crescente ligação às massas e às suas lutas elaborando sempre que possível um programa semanal de actividades; o secretariado do GDUP deve propor ao GDUP uma correcta divisão de trabalho que garanta a utilização plena das energias militantes de todos os

activistas ficando ainda cada elemento desse secretariado responsável pela execução de tarefas concretas como as que dizem respeito aos fundos, agitação e propaganda, etc.

O secretariado do GDUP deve ter um número de elementos fixados pela reunião que o elege e que garanta operacionalidade e capacidade (de dois a cinco membros).

Se é admissível que um membro activista milite no GDUP da sua empresa e simultaneamente no da sua residência (não se admitindo contudo a sua presença em mais de dois GDUP) não é permitido a sua inclusão em mais do que um secretariado.

ORGANIZAÇÃO CONCELHIA E DISTRITAL

3 — Os GDUP's devem articular-se a nível de concelho (ou de zona).

Nem cada concelho (ou zona) deverá ser eleita urgentemente a Comissão Concelhia (ou de zona) de unidade popular. Esta comissão deve ser eleita em plenário de todos os activistas do concelho (ou de zona) devendo ter uma composição que assegure a presença nessa comissão de elementos dos GDUP's mais importantes politicamente (da fábrica, de zonas de habitação pobres, GDUP's envolvidos em lutas importantes). A comissão concelhia (ou de zona) deverá ter um número de elementos fixado no plenário, que garanta a operacionalidade e capacidade de direcção e de coordenação (de 3 a 7 elementos). Os camaradas escolhidos democraticamente para fazer parte dessa comissão devem ter dado provas de militância e capacidade de direcção global. É muito importante a presença de camaradas apertados nestas estruturas. Antes do plenário de activistas do concelho (ou de zona) que elege a sua comissão do plenário. Aliás, estes em que estejam presentes os secretários de todos os GDUP's do concelho (ou de zona) que discutam a apresentação de uma ou várias propostas de composição ao plenário. Aliás, estas reuniões devem efectuar-se após a eleição da comissão concelhia (ou de zona), periodicamente com o fim de a comissão discutir com os secretários dos GDUP's a linha de orientação para o trabalho no concelho (ou de zona) e as tarefas mais importantes a desenvolver. O plenário concelhio (ou de zona) que elege a comissão deve ser convocado de forma a que esteja garantida a presença dos activistas de todos os GDUP's: a actividade militante de cada um dos presentes deverá ser comprovada (de forma a estabelecer) pelos secretariados dos seus GDUP's.

COMISSÕES DISTRITAIS DE UNIDADE POPULAR

4 — Cada comissão distrital de unidade popular deverá ser eleita numa assembleia distrital de delegados dos GDUP's existentes no distrito. Deste modo, cada distrital provisória que exista actualmente deverá definir qual a direcção a estabelecer em cada distrito entre o número de activistas de cada GDUP e o número de delegados à assembleia distrital (exemplo: 1 delegado para 5 activistas, 1 delegado para cada 3 activistas, 1 delegado para cada activista). Assim, um GDUP que enquadre 16 camaradas terá direito a 3 delegados no 1.º caso, 8 delegados no 2.º caso, 16 delegados, no 3.º caso; os delegados de cada GDUP à assembleia distrital deverão ser eleitos em cada GDUP em reunião expressamente convocada para o efeito, podendo ser eleitos como delegados

membros do secretariado do GDUP ou não. Além dos delegados dos GDUP farão parte da assembleia distrital as comissões concelhias (ou de zona) eleitas e os camaradas de todos os direitos (intervenção distrital provisória cessante, com e votação).

Cada comissão concelhia (ou de zona) poderá propor nomes para a distrital a eleger; a Distrital Provisória cessante poderá apresentar todos os nomes em que obtiver consenso total. Cada delegado do GDUP poderá propor 2 nomes. Ficará assim constituída uma lista de camaradas elegíveis, com um número de nomes superior ao da distrital a eleger. Depois de ampla discussão em que sejam apresentados os camaradas propostos e definidos critérios políticos para a eleição, cada delegado votará num número de nomes igual ao número de componentes da distrital a eleger, que será fixado pelas distritais provisórias.

Os camaradas mais votados serão eleitos, podendo haver uma votação posterior para desempate entre os nomes que tiverem o mesmo número de votos.

COMBATE AO SECTARISMO E ENRAIZAMENTO NAS MASSAS

5 — Tanto as comissões concelhias (ou de zona) como as comissões distritais têm um papel decisivo no acompanhamento do trabalho e no funcionamento dos GDUP assegurando a total democraticidade e combatendo o sectarismo, actuando no sentido do fortalecimento e enraizamento nas massas do GDUP e do seu trabalho.

PAPEL DOS PARTIDOS NAS DISTRITAIS

6 — Até ao Congresso, cuja data será brevemente marcada, as comissões distritais englobam para além dos membros eleitos na Assembleia de Delegados, um camarada de cada partido que apoia a construção da frente de massas que tenha implantação no distrito. Estes camaradas terão o direito a intervenção mas não terão direito a voto.

COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA

7 — Mantém-se em funcionamento a Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular que assegura a coor-

denação e avanço de todo o trabalho a nível nacional até ao Congresso.

A Comissão Nacional Provisória que integra independentes da confiança do ex-candidato e representantes das organizações políticas que subscreveram as bases programáticas da candidatura manter-se-á em funções até ao Congresso, cuja organização lhe compete.

8 — Periodicamente efectuar-se-ão reuniões da CNPUP com as distritais, com a regularidade mínima de mês e meio.

9 — OUTRAS DISPOSIÇÕES

Como é evidente, para além dos secretariados dos GDUP todas as estruturas de coordenação eleitas são revogáveis pela Assembleia que as eleger. O seu mandato é válido até ao Congresso.

Por outro lado, deve ser definido — consoante as realidades locais — o quorum que garanta a democraticidade das decisões e dos actos eleitorais, nas diversas estruturas e aos diversos níveis.

10 — No caso das comissões e secretariados eleitos antes da entrada em vigor da forma final destas disposições, devem-se convocar as assembleias que as elegeram para que se confirmem os mandatos atribuídos ou se relance o processo consoante as normas nacionalmente estabelecidas.

11 — Para além dos actos eleitorais, a articulação e os vínculos existentes entre os diversos níveis devem ser fortalecidos e consolidados do ponto de vista organizativo e político, através de contactos regulares, encontros, debates e actividades comuns, a definir pelos próprios GDUP, comissões concelhias (ou de zona) e distritais.

12 — Considerando a importância de uma coordenação inter-regional e sectorial (ramos de indústria, serviços, etc.) sugere-se que sejam formuladas propostas em torno desta questão para sua regulamentação.

13 — As formulações de carácter quantitativo no que diz respeito à constituição das diversas estruturas, são de natureza indicativa, tendo de ser adaptadas às realidades locais. Para além do mais e nesta fase, todas estas disposições devem ser discutidas, pedindo-se que sejam feitas, no mais curto espaço de tempo, propostas de reformulação que as completem e as enriqueçam.

NOTA DA C.I.I.D. DO PRP

O PRP não pode deixar de condenar a atitude de abandono da FSP

A CIID (Comissão de Imprensa, Informação e Documentação), emitiu um comunicado, o qual transcrevemos, em que se condena a saída das estruturas dos GDUP, da FSP.

Também nesta página transcrevemos extractos do comunicado da FSP, onde são invocadas as razões que motivaram a saída desta organização.

Ao tomar conhecimento do abandono das estruturas dos GDUP's por parte da FSP, o PRP não pode deixar de condenar esta atitude de abandono. Sé é verdade que as razões invocadas são um problema real sentido no seio dos GDUP's, aliás já denunciado publicamente através de um comunicado à imprensa emanado da CNPUP, considera o PRP que tais problemas não podem ser encarados senão numa perspectiva de combate que exige uma participação militante que não admite abandonar. Tal atitude, além de significar a cedência de campo de manobra a eventuais interessados, implica também a oportunidade que o reformismo e a reacção aproveitarão exaustivamente para o prosseguimento da campanha de calúnias e de denegrimto visando os GDUP's.

Abandonar, como o fez a FSP, os GDUP's significa também a incompreensão do decisivo momento que se atravessa e que se nos afigura o momento das grandes opções. É neste quadro que o PRP interpreta o Congresso dos GDUP'S, onde o debate pode e deve conduzir a clarificações de natureza política e ideológica, fechando de vez as portas ao sectarismo e manobras que, por força do evoluir da situação, terá de ser isolado pelo facto de ser a expressão política de um reformismo tão enquistado quanto aparentemente radical. A questão de primeira importância que é o Congresso dos GDUP'S e o futuro do MUP (Movimento de Unidade Popular)

põe-se em termos militantes, isto é, o encarar de frente as dificuldades de todo o tipo, na certeza de que as clivagens se farão em termos de classe e não em função de siglas partidárias.

A escalada da reacção, recentemente ilustrada na perda do poder militar por parte dos sociais democratas do chamado grupo dos Nove e no regresso e libertação do fascista Spínola, eis a manifestação clara de que o imperialismo e a burguesia preparam um golpe militar de força no sentido do regresso brutal ao fascismo.

Foi prevendo este desfecho que o PRP, logo após o 25 de Abril de 1974, sempre se preocupou em apontar como alternativa ao golpe fascista, a organização no sentido da tomada do poder pelas classes trabalhadoras, o que se passa pela unidade dos revolucionários, condição primeira para a unidade das massas trabalhadoras. É este o imperativo a que o PRP não voltará costas, em qualquer momento e em qualquer situação.

EM FRENTE PELO CONGRESSO DOS GDUP'S
EM FRENTE COM O MUP
PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Lisboa, 9 de Setembro de 1976

a CIID do PRP
(Comissão de Imprensa, Informação e Documentação do Partido Revolucionário do Proletariado)



Unidade: uma imperiosa necessidade para enfrentar com êxito as grandes lutas que se aviznam.

As razões da FSP

COMUNICADO DO GDUP's A FSP emitiu um comunicado do qual publicamos alguns extractos:

(...) A FSP conhecia de antemão os riscos e as dificuldades contidas num projecto de unidade que integrava uma componente maoísta-stalinista, como é o caso da UDP/PCP (R). Todavia considerava que era necessário (o momento histórico o impunha) correr esses riscos no sentido de reforçar a unidade popular no combate ao capitalismo, ao imperialismo e ao fascismo, de forma a levar os trabalhadores portugueses

na ASTEMSEPORORA; DEINUMERAR A LISTA INFUNDÁVEL DESGDUP e ao espírito unitário do movimento, proponente constante do golpismo, de manipulação, de Idemagoemocracia e à unidade quando, por todas as formas mais sectárias, sabotavam conscientemente a democracia e a unidade.

(...) Assim, a FSPituções que só contribuem objectivamente para a divisão dos trabalhadores e para atrasar e compreender o êxito de uma verdadeira unidade em que a atitude de coerência com este princípio, que hoje nos vimos o país militantes, minha. Esta

atitude surge-nos como mais útil que em tempo oportuno e por dito pentalização quUDP/PCP(R), pareciaapostada em consumir.

... Demcom o uadrp simiimas para a realização de um congresso, onde a democracia dos trabalhadores !! o, tudo indica que o chamaue

...A Frente Socialst deseio da direcção do movimento popular de massas sé imporá naturalmente através da própria dinâmica do processo de luta e nada tem a ver com a estratégia golpista de direcções maoístas de stalinistas mais ou menos eurous atróticas.

e a unidade popular

CRITICAS À COMISSÃO NACIONAL, DINAMICA

Têm surgido críticas à Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular (CNP) que se podem representar numa tentativa de denegrir o órgão de cúpula, por aí estarem partidos de expressão militante muito disfar, marginalizando a figura de Otelo, em benefício de uma «democratização» que visaria construir a «Frente» manipulável pelo «partido de linha justa». Isto reflecte objectivamente alguma verdade. E essa verdade é a de um órgão, por um lado, pesado pelo número e heterogeneidade dos seus membros, nem sempre diligente na resposta ao desafio político diário, e, por outro lado, dilacerado entre ser uma instância um pouco parlamentar sobretudo para conseguir neutralizar golpes e manobras várias e tentar ser uma direcção política mais ousada, menos debruçada sobre o seu próprio «umbigo» inter-partidário, com o risco de se ver a prazo conotada com uma dada ideologia e prática sectária.

A isso quer, uma linha de análise que abrimos à discussão e que resume a crítica que o PRP faz às outras organizações, e às situações do campo unitário pode ser resumida desta forma:

1 — Verificam-se numerosas incorrecções quer na actividade dos GDUP's, quer na criação de estruturas de coordenação, à responsabilidade nomeadamente da UDP que enfraqueceram significativamente o movimento popular.

2 — Há o receio porventura excessivo de diversas organizações políticas (e é entre elas que se elaborou a plataforma unitária...), do controlo sectário por parte de uma delas, «apropriando-se» da unidade e eliminando a expressão relativa justa dessa organização.

3 — Há uma insuficiente reflexão sobre o processo anterior minorizando o papel assumido por Otelo como candidato, menosprezando a conquista de um programa político em termos de clara opção socialista e de dinamização da organização popular de base, subvalorizando o concerto já adquirido de um movimento de unidade popular com diversas componentes (das quais os GDUP's).

4 — Há análises políticas diversas e que resistem a uma aproximação estratégica e tática — quanto à duração do Governo PS face à evolução da crise económica, quanto à capacidade de resposta violenta do proletariado à recuperação capitalista e ao processo fascista, quanto, em suma, à possibilidade de uma alternativa revolucionária e à viabilidade de os trabalhadores tomarem o poder.

5 — Como resultado daquele receio e das insuficientes reflexões retrospectiva e análise presente e futura, a hesitação evidente de algumas organizações políticas, expressa-se:

a) num recuo geral do movimento, sobrevalorizando a componente GDUP sem lhe dar a perspectiva.

b) num recuo em particularizar uma linha política própria do movimento adiando a tomada de posição sobre inúmeros temas (por exemplo a crise económica), optando a maioria das organizações por se pronunciarem antes, como se ceasse apagar-se e apagando assim o movimento.

c) num recuo em constituir uma direcção política mais coesa, aceitando as forças integrantes diluir a sua individualidade orgânica sem necessidade abdicar ideológica, o que se exprime no adiar da legalização do Movimento de Unidade Popular.

d) num recuo, enfim em construir uma alternativa capaz de responder ao confronto que se avizinha.

A realidade política contudo não se compadecesse com este corte radiográfico, esta visão estática do processo dos GDUP's e da sua direcção. As próximas metas já marcadas ao curso unitário irão inevitavelmente clarificar certas ambiguidades.

Assim, se o debate fraterno entre os militantes das organizações políticas, desde a base à cúpula, poderá vir a aproximar a análise que farão do processo político e aproximar também as fórmulas orgânicas de saída para o impasse do movimento popular, são sobretudo:

a) a dinâmica dos GDUP's ao nível local, regional, e nacional;

b) o empenhamento posto no processo de eleição para as autarquias locais (juntas e câmaras) e a consequente ligação à população;

c) a riqueza do debate no Congresso dos GDUP's e a adequação, realista mas ousada, dos estatutos que dele derivarem;

TAREFAS PRÓXIMAS PARA OS REVOLUCIONÁRIOS

a) DINÂMICA DOS GDUP'S

Os militantes revolucionários, nomeadamente os do PRP, cabe desenvolver ao máximo a criação e a actividade dos Grupos Dinamizadores de Unidade Popular numa perspectiva correcta, não se refugiando na denúncia do avanço do fascismo mas tentando travá-lo e respondendo de forma a garantir as conquistas já adquiridas e ganhar sempre que possível. Essa linha do Manifesto da CNPUP «Não recuamos» (publicado no número 81) a recente vaga de des-

pejos abre largo campo à resistência activa aos desalojados e ao apoio aos trabalhadores sem casa que lutam pela reocupação daqueles ou pela obtenção de nova habitação para os que vivem em barracas (ex: campanha da AIL «Por uma habitação digna»).

Também às tentativas de desocupação de herdades, de regresso às empresas dos padrões saneados, há que encontrar resposta, cabendo aos GDUP's papel decisivo, como órgãos de massas, para mobilizar as energias necessárias para fazer vingar os direitos legítimos dos trabalhadores.

Ainda no campo de actividade das massas populares enquadrada nos GDUP's, uma sobreleva que traduz o entendimento correcto das características do processo português: a conquista da liberdade completa para Otelo e todos os militares progressistas. A direita compreendeu a extrema utilidade em impedir que Otelo e os seus companheiros, limitados nas suas deslocações (ou mesmo presos) acompanhem de perto o crescimento do movimento popular.

Cabe aos revolucionários encontrar os meios de brevemente trazer ao seu convívio em plena igualdade de direitos, esses soldados prestigiados do 25 de Abril e do Copcon.

Por isso a jornada de luta do dia 20 de Agosto comemorativa da publicação em 1975 do «Documento dos oficiais do Copcon» assumiu importância particular e foi objecto da mobilização plena dos GDUP's. Terá de resultar clara a denúncia veemente da recuperação capitalista continuada pelo actual Governo PS e do avanço da direita no aparelho de Estado militar e civil, e a intolerância popular a ver por mais tempo reprimidos os militares progressistas deste País.

PARTIDO, MOVIMENTAÇÃO DE MASSAS E M

O texto que se segue é parte do informe apresentado pela Direcção do PRP ao plenário de responsáveis deste partido que teve a sua primeira sessão a 24 e 25 de Julho de 1976 e a segunda a 11, 12 e 13 de Setembro de 1976.

A necessidade de uma direcção política unificada que conduza o processo revolucionário que se tem vindo a desencadear nos últimos tempos e recentemente com a movimentação de massas gerada à volta da candidatura de Otelo e do seu programa, é hoje uma necessidade objectiva e que aponta para a construção de um grande partido revolucionário que ao mesmo tempo exclui todas as hipóteses frentistas. Embora esta situação seja nova devido às condições objectivas sempre esteve presente ao longo das definições que o partido foi dando de si próprio e das tarefas que o partido ia propondo.

Em Março de 75 no manifesto «Não às eleições sim à revolução socialista», nós dizíamos «... cabe hoje aos revolucionários ser a verdadeira vanguarda conjugando 2 componentes: massas trabalhadoras e militares revolucionários. Nesta situação concreta — dizíamos nós — há que escolher quem quer ir à frente da revolução e quem quer ir a reboque. Mas também é certo que da insurreição e das profundas transformações no Exército e no seio das massas trabalhadoras nascerá um novo partido revolucionário ou um renascido partido revolucionário que englobará organizações existentes e muitos partidos desaparecerão.

Os conselhos revolucionários são a expressão máxima da organização au-

tónoma mas que implica necessariamente a criação de um partido revolucionário que seja capaz de combinar a teoria e a prática, que seja capaz de perspectivizar as lutas da classe, dentro de uma análise política global da situação de forma a conduzir o proletariado à sua emancipação. Estavam pois, dizíamos em Maio, criadas as condições para a formação de um partido revolucionário surgido nas duras condições da prática constante da luta anticapitalista e antireformista consequente. As componentes desse partido de massas verdadeiramente revolucionário serão: a vanguarda surgida no seio das massas compostas pelos melhores elementos da classe, eleitos e revogáveis por todos os trabalhadores. Essa vanguarda sairá dos actuais partidos que foram formados da cúpula que fizeram uma opção revolucionária.

Isso pressupõe o desaparecimento de todos os actuais partidos que não passam de um momento do processo que conduzirá o proletariado ao Poder.

No manifesto, nós dizíamos «consideramos tal como as armas e a acção armada também a organização partidária é um instrumento indispensável para quem pensa em termos de tomada de Poder pelo proletariado. Por isso os militantes do PRP sabem que tem que dar 100 por cento neste momento em que a situação objectiva

torna urgente a organização. O PRP, dizíamos nós, não pensa que é o único e verdadeiro partido da classe operária. Como todos os outros foi autoconstituído, a classe não o elegeu. Pensamos no entanto que a nossa teoria e a nossa prática são as que estão correctas».

Depois do golpe de 25 de Novembro analisando a situação política prevíamos de certo modo as necessidades orgânicas que hoje se põem ao movimento de massas e ao nosso partido.

Quando analisávamos esta situação dizíamos nós em Dezembro: impõe-se às massas trabalhadoras uma saída violenta que só poderá ser vitoriosa se desde já criarmos os aparelhos orgânicos para que os militantes que aparecem nas lutas se assumam como vanguardas e se organizem, ao mesmo tempo, que as largas massas trabalhadoras se movimentem nestas mesmas lutas e se estruturarem para impor um novo poder revolucionário.

Encontramos hoje numa fase nova do processo revolucionário onde o forte movimento unitário de massas trabalhadoras aponta para a necessidade de novas formas orgânicas que assegurem o avanço na preparação da tomada do Poder pelo proletariado.

Quando as 4 componentes essenciais do MUP, encontramos uma oposição aberta por parte de alguns partidos e velada por outros, e não é por acaso ainda que se põe questões de fundo ao nível da articulação (por exemplo a nível distrital) das várias componentes deste movimento é por-

que o que está em causa aqui é um passo extremamente importante nas novas formas orgânicas do movimento de massas trabalhadoras que apontarão certamente para um novo partido revolucionário bastante diferente daqueles tipos de partido (porque pensamos que estamos a chegar ao fim do tipo de partido clássico a que estamos habituados até agora).

A organização deste movimento popular que nós já discutimos um pouco aqui terá que articular as 4 componentes: que são os órgãos populares de base, os GDUP's, os partidos que aderiram à perspectiva revolucionária e os militares que aderiram também a uma saída revolucionária.

Quando durante este plenário foram feitas várias afirmações sobre os GDUP's, antigudups e pró-gudups. Pareceram-me muitas delas ser afirmações completamente desarticuladas em relação ao movimento de massas.

Porque por vezes os GDUP's foram tomados aqui como o todo do movimento de unidade popular ou então apresentados como uma forma orgânica entrando em concorrência com os órgãos populares de base. A proposta que o partido fez e que foi aprovada e que os militantes do partido tem de levar à prática não é esta. O que foi aprovado, é que o movimento de unidade popular terá que encontrar a sua articulação com as 4 componentes.

— SOBRE OS ÓRGÃOS POPULARES DE BASE — sempre foi orientação do partido, e voltamos a repeti-lo agora que é urgente reactivá-los, dinamizá-los, consolidá-los, coordená-los, e

E CONGRESSO DOS GDUP

b) AS ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

A realização próxima, cerca de Novembro, destas eleições constitui um momento de intervenção política que o tempo revolucionário não pode nem deve perder.

Através das comissões de moradores (uma ou mais) correspondentes à área da freguesia ou mesmo através doutros elementos da organização autónoma aí existente (conselhos de aldeia, ou mesmo comissões de trabalhadores, cooperativas etc.) **haverá que reunir a população** para o debate do interesse político das eleições do programa a defender para a zona e de como escolher os melhores representantes da população. Cremos ser, objectivamente, este um dos campos onde se poderá processar o **reforço e coordenação (e até a criação) de organizações populares de base**.

Onde essa organização não exista, caberá aos GDUP's, directamente promover esse debate prévio com os mesmos objectivos — programa e o método da escolha dos candidatos.

Resta discutir a forma de apresentar oficialmente as candidaturas. Por consenso entre as foras políticas da Comissão Nacional, optou-se por **combater** (numa primeira fase, traduzindo a nosso ver o recuo que referimos no início) a **tese dos partidos burgueses de só estes poderem apresentar candidatos**. Em alternativa, defende-se que as candidaturas de unidade popular sejam propostas por um grupo de cidadãos, justificando até essa forma por uma mais directa ligação dos escolhidos àqueles que os escolhem, dinamizando os GDUP's o encontro.

Apesar da campanha para consa-

grar na futura lei a sair brevemente — a possibilidade de os cidadãos intervirem daquela forma, seremos confrontados com a «necessária» **legalização do movimento** como partido, hipótese que, no debate dos GDUP's com as populações **não deverá ser excluída**, já que é uma hipótese de 2.ª fase. A existência dessa eventualidade obriga aliás que o **Congresso se debruce sobre ela**, em termos que dependem, não só do nível da discussão unitária atingida pelos partidos, como sobretudo do avanço do movimento popular verificado entretanto. E convém por último deixar dito, que no estreito sentido das autarquias, a amplitude nacional de um partido, embora com a estrutura do movimento, permite que a linha política dos GDUP's se venha a expressar em candidaturas mesmo em muitos pontos do País onde por atraso organizativo, não se formou nenhum Grupo Dinamizador, dando ainda oportunidade em diversas zonas a que independentes e militantes revolucionários de outros partidos tomem a iniciativa de se integrar na movimentação de unidade popular.

c) UM CONGRESSO DEMOCRÁTICO E POLITICAMENTE LÚCIDO

Num campo mais limitado, porque uma organização (embora de massas) surge o processo **Congresso dos Grupos Dinamizadores de Unidade Popular**. As diversas questões da unidade, da organização e da actividade dos GDUP's irão lá ser discutidas, começando desde já o debate. A nosso ver num processo de integração dialéctica entre a necessidade de democratização e o risco de instrumentalização partidária, entre o desenvolvimento independente dos GDUP's e

das organizações populares de base e a necessidade imperiosa de as articular sob a mesma direcção política o Congresso terá de:

1 — **incentivar nos GDUP's o debate ideológico** desde que estes estejam no seio do movimento de massas, sob pena de aparecerem traduzidos na direcção política os desvios ideológicos resultantes de uma prática essencialmente tarefaira de forças políticas reformistas com peso numérico em algumas estruturas.

2 — **extrair desse debate as directrizes concretas para a elaboração do programa de luta global e local**. Haverá que ter como preocupação prioritária (e sem prejuízo da sua actividade de órgãos políticos que os GDUP's são) **não se substituir, antes reforçar e coordenar as organizações populares de base** (comissões de moradores, de trabalhadores, de aldeia, vulgo órgãos de poder popular).

3 — **Proceder à coordenação das estruturas existentes** do movimento, elegendo elementos para assegurar essa coordenação a nível de zona, concelho ou distrital. Essa será a forma de assegurar essencialmente, o melhor rendimento da orgânica provisória do movimento.

4 — **eliminar permanentemente** o sectarismo, o golpismo, o manobrerismo e o oportunismo no seio daquelas estruturas, através de uma vigilância intensa:

a) à actividade sectária de militantes que afaste activistas sem partido (ou desidentes de) partidos que não integrem a Comissão Nacional mas respeitem a linha ideológica do movimento.

b) à instrumentalização manobrerista dos GDUP's, fugindo à democracia dos trabalhadores através da evidente preparação das reuniões.

c) à prática golpista, nomeadamente, em que iludindo o recenseamento obrigatório dos GDUP's, se convocam numerosos militantes partidários não activistas para garantir a eleição de correligionários.

d) à habitual atitude oportunista que consiste em aproveitar as iniciativas dos GDUP's, desde bancas a realização públicas, para afixar cartazes e vender jornais partidários (usual por parte do PCP-R) ou, mais grave, recrutar descaradamente contando o GDUP com determinada linha política do partido.

(Lembra-se que os elementos recolhidos através dessa vigilância devem ser canalizados para a CNPUP, instância de julgamento e recurso onde tem sido possível corrigir os desvios ou incorrecções detectados)

5 — Por último, **construir uma organização política de massas**, que distinta mas em ligação íntima com a **organização autónoma dos trabalhadores** possibilite a estes ter o instrumento (com direcção política unificada e correeias de transmissão democrática) adequado à tomada do poder. Nesse movimento de unidade popular terão obviamente o seu lugar, a definir, os partidos políticos (agora preponderantes, mas de uma importância futura a precisar com justiça) e os militares progressistas (sempre presentes através de ligação íntima do movimento à figura de Otelo).

São as tarefas difíceis que se põem aos revolucionários, mas é um desafio a que não há que fugir.

MOVIMENTO DE UNIDADE POPULAR

sobretudo imprimir-lhes uma orientação revolucionária arrancado-os ao controlo do reformismo.

— **EM RELAÇÃO AOS GDUP's** — estes aparecem como uma estrutura política unitária de base que devem ser alargados, e estruturados e dinamizados em grandes movimentações de massas com objectivos de luta bem definidos pois é para isso que eles existem. Os GDUP's são na verdade o local privilegiado, se estiverem no seio do movimento de massas, onde o debate ideológico deve ser travado e ao qual nenhum militante deste partido se pode esquivar sob pena de aparecerem desvios ideológicos na direcção política deste movimento deixando descambar no reformismo abrindo assim o caminho ao seu desaparecimento, como certas organizações políticas o pretendem.

— **PARTIDOS QUE ADERIRAM AS BASES PROGRAMÁTICAS DA CANDIDATURA** — e que funcionam como uma 3.ª componente deste movimento popular já analisamos neste plenário as várias posições. Mas convém afirmar ainda que vislumbra desde já um certo desaparecimento de alguns deles devido não só à sua fraca implantação, mas sobretudo devido à falta de análise política e a um esfrangalhamento interno devido a uma crescente falta coesão ideológica.

SOBRE A COMPONENTE MILITAR

Esta componente militar será formada por todos os que adiram a este programa e às suas concretizações à medida que o movimento de massas se for desenvolvendo e ORGANIZAN-

DO: Um dado é já certo hoje a nível nacional: a candidatura de Otelo, a movimentação de massas e a sua votação provocaram um verdadeiro despertar por parte de muitos oficiais mesmo moderados ao aparecerem-se da situação política que vivemos. Esta situação de simpatia para com o movimento popular poderá ser um princípio de adesão à saída revolucionária que lhes é apresentada.

A estrutura deste movimento com as suas quatro componentes aponta claramente a médio ou a longo prazo, para a construção de um partido revolucionário, única alternativa neste momento para que as massas trabalhadoras organizadas possam tomar o Poder e exercê-lo.

Não assumir esta tarefa fundamental que as condições objectivas impõem neste momento seria trair a organização do movimento popular, seria negarmo-nos como partido revolucionário a descambar no reformismo de tipo frentista onde acordos de cúpulas entre partidos se substituem ao real movimento das massas, ou então, talvez pior ainda, fecharmo-nos num pequeno partido esquerdista que nem sequer poderia vir a constituir um grupo de estudos pois estaria completamente desenraizado do processo real da luta de classes que se vive hoje no nosso País. É esta a tarefa

gigantesca que se põe a todos os revolucionários deste País, às massas trabalhadoras e ao nosso partido em particular. Tarefa difícil esta de avançar na construção do partido revolucionário, quando sabemos que teremos

de afrontar não só com todos os golpes e infiltrações da direita reaccionária e da direcção reformista do PCP, mas também com o reformismo veiculado pela UDP e pelo PCP-R.

Podemos resumir-las em três pontos: — Necessidade absoluta de garantir uma direcção política revolucionária neste movimento, função ideológica.

— A necessidade de garantir ao PRP e ao movimento de unidade popular uma estrutura orgânica sólida e eficaz, necessidade organizativa.

— É um terceiro fundamental: Necessidade de preparar as massas trabalhadoras para o confronto, para que a insurreição armada seja vitoriosa.

Temos que assegurar que a direcção política do movimento de massas, seja uma direcção política revolucionária. Temos que assumir a responsabilidade de garantir que a direcção política deste movimento seja uma direcção revolucionária. Mas essa tarefa não consiste só em aprovar textos de orientação política a nível de direcção, textos esses que são fundamentais para a definição política do processo revolucionário, mas consiste sobretudo na capacidade de transmissão, intervenção e organização fazendo assim chegar às massas trabalhadoras uma alternativa revolucionária.

Impõem-se nas questões de organização, agarrar à questões orgânicas tanto do movimento de unidade popular, como do partido, e ao batermo-nos por uma organização política revolucionária do movimento de massas, fazer assumir por este movimento de

unidade popular as tarefas que até agora só o nosso partido propunha às massas trabalhadoras. É necessário fazer endossar ao movimento na sua globalidade estas tarefas, para que não se produzam nem trabalhos paralelos, nem mais uma organização mas sim uma progressiva identificação.

É através deste processo de simbiose e não de fusão ou de dissolução que o nosso partido será na verdade um movimento fundamental e determinante na construção de um grande partido revolucionário.

Nesta situação uma terceira tarefa fundamental cabe ao PRP e que terá forçosamente consequências no seu funcionamento orgânico, mas que só ele a poderá assumir como partido: A organização das massas trabalhadoras para a tomada do Poder pela insurreição armada. Assumir esta tarefa é garantir uma orientação justa ao movimento de massas e continuar a prática revolucionária do nosso partido, conscientes de que — como dizíamos no «E Agora o Proletariado na hora das Grandes escolhas» — «Organizar a insurreição não é ter a certeza de a ganhar é ter a necessidade de a fazer». Ou como também afirmávamos em Novembro dias antes do golpe de 25/11 «Para o PRP o problema da organização armada e do emprego da violência foi desde o início uma das suas razões de existência, contrariando as organizações reformistas de diversas tendências que tentam organizar os trabalhadores sem lhes dar a par da teoria revolucionária outro elemento igualmente importante que é organização para o emprego da força».

nas fábricas



FÁBRICA DE PRODUTOS ESTRELA

Greve de solidariedade com um operário suspenso

No dia 10 de Setembro cerca das 19 horas, o jornal «Revolução» encontrou-se com a Comissão de Trabalhadores da Fábrica Produtos Estrela Lda, situada na Via Rápida, Porto, com o intuito de sabermos o que lá se passa

Rev — Em primeiro lugar gostaríamos de saber o motivo desta agitação no seio dos trabalhadores?

1.º Oper. — A luta agudiza-se já há bastante tempo. A C. T. foi por vontade dos trabalhadores, criada de imediato à inoperância da anterior.

Com esta C. T. a funcionar descobriram-se fraudes por parte da administração e graves problemas provocados pelos serviços administrativos que levou ao saneamento da secretaria dos administradores. Fizeram-se obras que em princípio dizem-nos que é para benefício da empresa e depois viemos a saber que as obras se destinavam para arrendamento da conta pessoal do administrador. Esta empresa sempre careceu de problemas sociais, vários trabalhadores ficaram sem dedos, outros sem mãos e houve um que faleceu devido à falta de segurança existente, os vestiários são miseráveis. A C. T. apercebe-se que a empresa é dada como falida tecnicamente pela comissão Coordenadora Política de Créditos da Banca pois devia 35 000 contos à banca e 7 000 à previdência. Fez-se um plenário e os trabalhadores por esmagadora maioria pediram a intervenção estatal o que nos foi negado pelo próprio Esta-

do.

Com a saída do decreto-lei sobre a previdência em que dava oportunidade ao administrador de pagar os 7000 contos em 48 prestações, o problema agudizou-se porque segundo o mesmo decreto lei a proposta teria que ir assinada pela C. T.

A CT depois de estudar a proposta disse que só assinava se lhes fossem entregues os documentos que essa proposta exigia. O administrador não nos apresentou os documentos e enviou a proposta para a caixa sem a assinatura dos elementos da CT. Após isto falámos com a CT da Caixa da previdência que depois de se reunir connosco suspenderam a proposta. Após as férias que foram no mês de Agosto regressamos ao trabalho e como o contabilista da empresa era apontado na Banca como homem de desconfiança não foi dada pela banca confiança à CT devido à sua presença e foi-nos enviado novo contabilista pelo Banco Borges e Irmão.

O novo contabilista descobriu facturas na ordem dos 28 contos de material que nunca deu entrada na fábrica assim como um cheque no valor de 220 contos desviado pelo administrador numa altura em que dizia que não havia dinheiro para pagar aos trabalhadores e contudo financiava corridas e inclusivé comprava carros para as mesmas, tudo com o dinheiro dos trabalhadores e foi decretado que não pagava o imposto de transacção — após tudo isto a administração enviou-nos uma em que dizia que não admitia

que se fizessem mais reuniões durante a hora de trabalho, excepto às segundas-feiras e que as instalações até agora cedidas para o efeito deixavam de estar à disposição da CT. Nós fizemo-lhes lembrar alguns artigos do nosso estatuto que eles aprovaram assim como da constituição da República Portuguesa que me parece que o próprio governo faz por esquecer como por exemplo o sr. 1.º ministro afirmou no seu discurso que não poderia haver greves nas empresas, o que eu considero uma intimidação aos trabalhadores porque esquece os CCT e as legislações.

Revol — Desculpa camarada mas foi dito que só os sindicatos poderiam decretar greves após feitas todas as tentativas de um acordo mútuo e, não que, não se poderiam fazer greves

1.º Oper. — Está certo camarada mas na minha opinião é que cá em Portugal neste momento não poderá haver sindicatos ou melhor dizendo que numa sociedade capitalista os sindicatos não têm razão de existir. Por conseguinte o Poder tem de ser dos trabalhadores e terão que ser eles a ver quando será a altura de fazer greve.

Voltando ao problema da fábrica no passado dia 9 vários trabalhadores vieram pedir a realização de um plenário do GDUP da Produtos Estrela.

A CT enviou um memorial à administração frizando o pedido efectuado para a realização do plenário e que seria às 18 horas e 15 minutos (o encerramento do período laboral é às

18 horas). Ontem, dia 10, a administração ao contrário do habitual, e digo contrário porque num dos estatutos da CT diz que a administração não afixaria nenhum comunicado sem nos dar conhecimento prévio para discussão, afixou um comunicado na portaria antes da hora do almoço esse comunicado foi arrancado por um elemento da CT mandatado por esta. Entretanto às 14 horas o operário em causa ia para marcar o cartão e verificou que este não estava lá dirigiu-se à secção do pessoal e lá o informaram que o eng. Parente (filho do principal administrador) lho tinha tirado e inclusivé o tinha suspendido e que esperasse por ele até à chegada. A CT reuniu de imediato, discutiu o problema e pô-lo ao administrador dizendo que não era o camarada que estava suspenso mas sim toda a CT porque estava solidária com ele. O administrador propôs que a CT fizesse uma exposição e que depois lhe seria dada uma resposta. Enviada a exposição cerca das 21 horas a administração envia um comunicado à CT em que demarcava a posição anterior e que sugeria uma reunião com os delegados sindicais para a resolução do problema.

No dia seguinte a grande maioria dos trabalhadores estavam paralizados incluindo os desenhadores à excepção do pessoal dos serviços administrativos e de uma secção de Embalagem onde trabalham seis mulheres.

O administrador mandou pedir uma relação dos operários que não aderiu

Continua na pág. 11

Continuação da pag. 10

ram tentando assim fazer uma correção de forças e não abdicar da suspensão do operário.

Revol — Pensamos que os sindicatos aqui representados pelos trabalhadores têm um problema que poderão ajudar a resolver. Que dizem sobre isso?

Oper. 2.º — Todos os sindicatos aqui representados já estão avisados do que se passa na fábrica. Agora espero que eles actuem e façam algo para a resolução do problema.

Revol — Se a administração mantiver a suspensão do vosso camarada que medidas pensam tomar?

2.º Oper. — Continuaremos paralizados até que o nosso camarada seja readmitido sem que sofra qualquer sanção ou no ordenado e que a nossa paralização seja remunerada sem qualquer desconto.

Revol — Mário Soares afirmou no seu discurso que jamais seria paga alguma paralização. O camarada focou que a paralização terá que ser remunerada. Gostaríamos de saber como irão reagir a esta ameaça do governo?

3.º Oper. — Em primeiro lugar teremos que ver de quem é a culpa da paralização pois quanto a mim não é de mais ninguém senão da administração que já teve tempo de solucionar o problema. Por sua vez estes dizem que o nosso camarada foi indisciplinado. Posto isto, eu gostaria de perguntar ao sr. 1.º ministro quem é que deve ser disciplinado? São os trabalhadores ou os patrões que não pagam à previdência e ainda o mais grave que ameaçam de pistola os trabalhadores dizendo-lhes que os mata como aconteceu aqui na fábrica?

A partir do dia 13 começou-se a fazer piquetes de segurança durante o dia e noite com o intuito de não entrar nem sair mercadoria da fábrica.

SOCOTIL — OVAR

A luta pela sobrevivência depois do corte dos financiamentos pelo BPA

A Socotil é mais uma empresa em luta contra o desemprego, de que estão ameaçados cerca de 100 trabalhadores dos 260 que ali trabalham. O patrão (belga) que abandonou a fábrica há um ano, quer agora voltar mas com condições — Ganhar 60 contos por mês, dispensar 100 trabalhadores e assim poderia garantir o bom (?) funcionamento da empresa.

Durante todo aquele ano os trabalhadores conseguiram gerir a empresa e obter os seus salários quer através de empréstimos do banco (BPA) quer através de satisfação de encomendas que lhe eram feitas. Nesta altura o patrão julga ter reunido as «condições democráticas» para o seu regresso, e o que é certo deve-se sentir bastante apoiado pelo governo, pois o BPA cortou os financiamentos aos trabalhadores (já não recebem desde Junho) mesmo tendo estes a garantia de poderem satisfazer mais encomendas, e de ainda outros organismos do Estado que nada fizeram para solucionar a situação da empresa embora os trabalhadores por várias vezes tivessem recorrido para pedir a intervenção estatal.

COMUNICADO DO PRP

A luta dos trabalhadores da Socotil motivou um comunicado da direcção local do PRP, do qual destacamos.

«O governo não apoia iniciativas de trabalhadores, não cede empréstimos aos trabalhadores da Socotil para salários, mas indemniza os monopolistas e os latifundiários e ainda lhes dá o direito de escolher uma parcela de terreno para si.

O que aconteceu durante o passado e o que continuará a acontecer é a vida regalada daqueles que nunca fizeram nada e continuam a descan-

sar as carnes bolofas e inúteis nas cadeiras dos cafés com o apoio do governo.

Compram-se instrumentos para reprimir os trabalhadores: carros de combate navios de guerra, contratam-se mercenários; tudo ao peso do ouro. No entanto empréstimos para pagar a produtores de riqueza não se fazem».

E termina:

«Perante a crise económica e a necessidade da burguesia impor a exploração desenfreada, ou seja a última forma de recuperar o capitalismo — fascismo — os trabalhadores para solucionar os seus problemas concretos, tais como: aumento do custo de vida, o desemprego à Habitação, a protecção à velhice assistência médica e medicamentosa, a alimentação, formação cultural e profissional terão que se unir e organizar em comissões de moradores e trabalhadores integrando-se num forte movimento de unidade popular que desencadeia a Revolução Socialista».

TIMEX

Ministérios fazem o jogo da Multinacional

A Timex, como qualquer empresa, multinacional, explora enquanto pode e, quando já não obtém os chamados lucros a que estavam habituados os magnatas, levantam arraias, lançam os trabalhadores no desemprego.

Desde antes do 25 de Abril que os trabalhadores da Timex tinham sabido organizar-se e lutar contra a super-exploração a que estavam sujeitos. Com o 25 de Abril, com a grande vaga de lutas operárias, a possibilidade de organização e discussão aberta nas empresas, os trabalhadores da Timex encontraram força para prosseguir a luta contra o poderio económico do imperialismo no nosso país e, a consequente dominação política.

Sentindo que Portugal já não oferece as condições de exploração que satisfazem os seus interesses imperialistas, a administração da Timex prepara-se para, em 31 de Dezembro, encerrar a fábrica, assim, lançar os trabalhadores no desemprego e sabotar a economia.

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Os sindicatos representativos dos trabalhadores da Timex deram, no passado dia 8 — uma conferência de imprensa em que denunciaram a complicitade do Ministério do Trabalho que nas costas dos trabalhadores, negociou um acordo com a administração da Timex, o qual não passa de um plano para o encerramento da empresa.

Em 20 de Junho, portanto ainda

durante o VI governo, o secretário de Estado Tito Morais garantiu aos trabalhadores que o novo acordo não seria assinado sem a presença dos representantes destes. Em 29 de Junho o novo acordo é distribuído sem que os trabalhadores tenham sido consultados.

A justificação dada nessa altura pelo secretário do secretário de Estado foi a dificuldade em negociar o novo acordo e, a observação de «Alguém» de dentro do ministério de que a presença dos representantes dos trabalhadores levaria a um impasse.

O Ministério só negocia à vontade sem os trabalhadores. O impasse que a presença dos trabalhadores levaria ao desmascaramento dos planos dos administradores da Timex e à denúncia da política do MT de cedência e submissão aos interesses do imperialismo. Apressou-se o MT a sentar-se à mesa das negociações com os «se-

nhores» administrados», mas desde Janeiro de 1976 que os trabalhadores apresentaram um estudo que apontava para a reestruturação da empresa a única proposta viável para a continuação da empresa, e, até hoje nenhuma resposta foi dada.

«Com base num acordo inconstitucional celebrado em Junho deste ano entre a administração americana da Timex e o Ministério do Trabalho do senhor Tomás Rosa, a Timex prepara-se para fechar as suas portas em 31 de Dezembro», afirmaram os elementos dos sindicatos na Conferência de Imprensa do passado dia 8.

O acordo, como foi afirmado, prevê «praticamente o encerramento da fábrica em 31 de Dezembro, a continuação até esta data da laboração a 3 dias por semana, a proibição de cerca de 56 trabalhadores entrarem nas instalações sem título que o justifica e o não pagamento de indemnizações a todas as trabalhadoras que engravidaram após 1 de Julho de 1976» e a base dele, a administração já enviou cartas de despedimento à quase totalidade dos trabalhadores (cerca de 1300).

São estes os bonitos acordos do MT é por isto que a presença dos trabalhadores levaria as negociações ao «impasse».

A POLÍTICA DO GOVERNO

E que resposta foi dada ao Ministério do Trabalho ao estudo apresentado pelos trabalhadores?

A de que o assunto não era com eles. Negociar com os americanos o encerramento da empresa é da competência do MT ou seja, é da sua competência ouvir os projectos do patronato mas responder às propostas dos trabalhadores já é da competência do Ministério da Indústria.

É o jogo do empurra passamos do Ministério do Trabalho para o da Indústria, passa o tempo e o plano dos administradores de encerramento da empresa segue dando margem aos imperialistas para preparem a execução dos seus intentos.

É esta a política do governo «Socialista». Continuar o impasse não ponderar ao estudo apresentado pelos trabalhadores, dando tempo aos imperialistas para despedirem 1300 trabalhadores.

É continuar a falar de austeridade de aumento das capacidades produtivas de mais trabalho e permitir o encerramento de uma empresa que pode ser reestruturada, que pode produzir muitos artigos que actualmente são importados poupando assim, a saída de divisas, só para não desagradar ao Imperialismo.

internacional

AMÉRICA LATINA — CHILE

11 de Setembro A derrota do reformismo hegemónico

A experiência de luta e a derrota marcante que sofreu o proletariado chileno servem para os revolucionários de todo mundo como um tema de reflexão e de onde se devem tirar todas as lições necessárias para o avanço de qualquer movimento revolucionário.

Esta derrota, o 11 de Setembro de 1973, representou para além da derrota do proletariado e seus aliados que apoiavam o Governo da Unidade Popular, a derrota da «concepção hegemónica reformista», que se cristalizou através dos anos de legalidade burguesa no seio do movimento revolucionário e das massas. Por isso, não podemos, hoje, mistificar aquilo que significou o Governo da Unidade Popular para o povo chileno e para o movimento revolucionário latino-americano, senão combater sem trégua os desvios oportunistas que assentavam a sua prática sobre uma teoria legalista, eleitoralista e buscava substituir-se à burguesia e ao imperialismo no aparelho de Estado, não pondo em prática, assim os princípios fundamentais da «democracia proletária» e a «conquista de forma violenta do Poder» e a consequente «destruição dos aparelhos de dominação burguesa».

Com a derrota da Unidade Popular no Chile o reformismo e o revisionismo atingiram uma situação de debilidade extrema na América Latina e

no Mundo, porém nem mesmo assim ousaram desenvolver um processo auto-critico na prática revolucionária. A responsabilização propalada pelo re-

formismo de que foi a «extrema-esquerda» a causa principal que atraiu o golpe militar, desviando-se do combate ao inimigo principal que é a burguesia e o imperialismo, não poderá ser jamais posta de lado. Em última instância os revolucionários não poderão deixar de tirar as lições de concepção reformista aplicada, da conciliação de classes, das manobras que o reformismo fez nas costas dos trabalhadores, do «diálogo» com a direita e do combate que deu a esquerda-revolucionária.

Meses antes do golpe militar, o P.C. chileno junto dos outros partidos acedia a uma exigência da direita e do imperialismo, deixando aprovar a lei de controlo de armas, que permitiu o desarmamento e o assassinato de operários e camponeses. O reformismo voltava, então, descaradamente as costas ao proletariado, entregando para a direita reacção os sectores mais combativos e decididos do proletariado chileno. Permitiu assim, nas conversações de gabinete, travar o avanço político-organizativo, armado dos trabalhadores, bloqueando o desenvolvimento da resistência revolucionária.

O diálogo com a Democracia Cristã, a devolução das empresas, o combate aos «extremistas» não significou mais do que uma derrota política da esquerda chilena que não demorou em concretizar-se no golpe militar terrorista de Pinochet. O proletariado encontrou-se desarmado frente ao inimigo, dado o recuso político dos partidos da Unidade Popular, os quais na sua maioria, recuaram perante a ofensiva da direita deixando o movimento sem qualquer direcção política, já que esta se mostrou na prática ultrapassada pelo desenvolvimento agudo da luta de classes, para o qual propunham freios e recuos.

A tentativa de golpe em 29 de Junho trouxe novamente à luz do dia a questão da defesa das conquistas dos trabalhadores e a defea do Governo da Unidade Popular, mas as palavras proferidas por Salvador Allende quando chamava os trabalhadores a ser armarem com o que tivessem ao seu alcance, foram logo esquecidas pela mesma UP que formava outro gabinete com os militares, perdendo a oportunidade de mobilizar os trabalhadores no sentido de tomar em mãos os destinos do país pela força. A prática revolucionária, a organização do proletariado no mês de Outubro de 1972 já tinha dado provas de que os operários, camponeses, seriam capazes de dirigir o país quando haviam ocupado, os supermercados os autocarros camiões e controlavam o comércio e distribuição e a produção; apesar dos boicotes da reacção continuava-se a produção industrial e agrícola. De Outubro a Junho a burguesia ousou recuperar as suas forças porque ainda não o havia conseguido e o 29 de Junho significou mais uma derrota para as forças de direita, o que não se traduziu num avanço do movimento revolucionário e proletário. Novas ilusões foram lançadas para as massas so-



nharem, mais legalismo e mais pacifismo foram a resposta do reformismo hegemónico.

O proletariado saiu à rua no 29 de Junho para dar resposta à tentativa de golpe reacção e depois de uma manifestação com mais de 500 000 operários, estudantes, empregados, etc., voltou para as fábricas, com as palavras de ordem de «aumentar a produção» e «apertar o cinto» para levantar a economia do país. Não houve uma resposta política radical que se esperava do Governo da Unidade Popular e a tentativa de golpe transformou-se, inevitavelmente, no ensaio geral para o golpe definitivo que seria orquestrado pela CIA e teria na cabeça o terrorista Pinochet. Os militares fiéis à UP foram logo identificados pela posição que haviam tomado. E tratava-se para a direita a partir daí de isolá-los e o primeiro deles foi o general Prats.

O golpe de Estado do 11 de Setembro estava em marcha e quase triunfante: na Marinha, depois de 4 de Agosto, no Sul do país depois de 15 de Agosto, ao nível das indústrias, uma por uma, depois do começo do mês. Na véspera do golpe, um primeiro golpe no seio das Forças Armadas permitiu a eliminação dos oficiais fiéis à UP. Na manhã de 11 as tropas cercaram «La Moneda». Convencido, porém, que os militares se iam dividir, como no «Tancazo», Salvador Allende fica no palácio. Até o desencadear do golpe, Pinochet sucessor de Prats, jogou o papel de militar fiel ao Governo.

O isolamento em que se encontrava Allende, além das causas políticas, traduziu-se no isolamento militar. Sabia-se que se preparava um acordo com a Democracia Cristã e um referendium que Allende iria anunciar mesmo na noite do golpe e que do seu ponto de vista deveria desmobilizar a estratégia da direita obrigando-a a um compromisso. Este projecto não tinha em seu favor a unanimidade no seio da UP. Dias antes do golpe, Altamirano havia denunciado, em termos violentos, às Forças Armadas e à Democracia Cristã. Até ao final, as contradições e os conflitos de linhas estratégicas entre as diferentes forças que apoiavam o presidente, eram extremamente complexas, que não renunciava em «evitar a guerra civil» e que soube morrer combatendo, como para mostrar ao povo que o projecto da «via chilena» de transição pacífica estava terminado.



Trabalhadores portugueses apoiam luta do povo chileno

Realizou-se no passado sábado, dia 11, em Lisboa, uma concentração junto à Embaixada do Chile, de solidariedade com a luta do povo chileno, convocada pela Comissão Distrital Provisória de Unidade Popular, exigindo o corte de relações com o Chile de Pinochet e o consequente encerramento da sua Embaixada em Portugal.

Como já vem sendo habitual, a policia de choque, de capacete, bastão e viseira, fez a sua aparição com o seu já habitual ar intimidativo trataram de barricar a Embaixada com vedações, e ali ficaram a olhar esperando certamente a primeira oportunidade para fazerem o «gostinho ao dedo». Tal não aconteceu e a concentração decorreu normalmente. As palavras de ordem «Portugal não será o Chile da Europa», «O povo não quer Embaixada Pinochet», «Portugal, Chile, a mesma luta», «Pinochet, Spínola, assassinos», e outras.

Interveio um camarada da Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular que, ao se referir à jogada do Imperialismo Americano no Chile com Pinochet, salientou que em Portugal o mesmo está a acontecer com a diferença que o povo trabalhador não se pode dei-

xar enganar mais uma vez com semelhantes jogadas bem evidentes em Carlucci e na brigada da NATO cá instalada, como não se deixou enganar no 28 de Setembro e no 11 de Março com Spínola.

Seguidamente falou um camarada resistente anti-fascista chileno que disse que o melhor apoio para a classe trabalhadora em luta no seu país, era o apoio militante da classe trabalhadora de todo o Mundo fazendo triunfar o Socialismo em cada país como aconteceu no Vietnam e em África. Referiu o camarada chileno, que no Chile continuam activos e aumentando os Comitês de Bairro, Comissões de trabalhadores e outros organismos representativos dos trabalhadores, é que neste momento a luta continua contra a instalação de qualquer regime conciliador, burguês ou reformista como resposta ao fascismo. Depois do Camarada ter mais uma vez apelado para o internacionalismo proletário e sublinhado que a luta no Chile é a luta em toda a América Latina, em todo o Mundo de explorados contra exploradores, a sua intervenção acabou com a resposta dos trabalhadores presentes na concentração que mais uma vez gritaram «Portugal não será o Chile da Europa» e «A Luta continua».

O avanço pretendido pelos cordões industriais

As exigências dos Cordões Industriais, dos Comandos Comunais do Chile, estavam fundamentadas na desorganização que se verificava na economia, na incapacidade do Governo responder aos ataques da direita, separado do avanço, organização e mobilização do proletariado chileno.

Miguel Enriquez, dirigente do MIR, em Fevereiro de 1973 considerava que «A organização dos «Comandos Comunais» não era uma tarefa permanente, em qualquer país, em qualquer momento, mas num período pré-revolucionário é justamente uma das tarefas fundamentais a desenvolver: não é o Governo que pode permitir a acumulação das forças e a conquista do poder. O que importa é que os «comandos comunais» sejam organizações de massa independentes do aparelho de Estado, capazes de conduzir a dualidade de poder que é o único caminho para construir um poder alternativo. Os acontecimentos de Outubro de 1972 demonstraram que era um caminho possível e que as massas estavam prontas e que elas estão sempre prontas. Esta mobilização não se pode fazer nem por decretos, nem artificialmente».

Por outro lado, acentuava o mesmo dirigente numa das intervenções feitas sobre o «Poder Popular» que «Estabelecer como alguns querem os «Comandos Comunais» como organismos de-

pendentes do aparelho de Estado e subordinados a ele, e não, como embryo de poder, seria impedir o seu desenvolvimento. O problema não é que eles se devem desenvolver em favor ou não do Governo, a política deve ser outra.

O Governo deve ser um instrumento independente dos órgãos de poder, saindo do movimento de massas e é a resultante destes dois factores que permitem realmente avançar. Sem esquecer que no aparelho de Estado existem posições ganhas pelas forças políticas que não são da classe dominante. É necessário compreender também que existe um movimento de massas tendo como vanguarda a classe operária, sendo possível colocar o princípio da organização autónoma. Nós compreendemos que isto coloca contradições com o aparelho de Estado e com o sistema de dominação. Compreendemos porém a criação dos conselhos comunais dos trabalhadores como instrumento da revolução que é o nosso objectivo. Nós chamamos, conselhos comunais de

trabalhadores, os organismos onde se cristalizam as tarefas do poder. Ainda não se dá esta situação hoje, e nós podemos somente falar de comités coordenadores ou «comandos comunais» onde, no interior dos quais se criaram recentemente as coordenações, todavia, numa fase burocrática, e insuficientemente democrática, para agrupar o conjunto do povo».

A aproximação entre o MIR e o P. S. e o MAPU ousava desenvolver na prática os Conselhos Comunais, Cordões Industriais, que germinavam como necessidade imperiosa dos trabalhadores para combaterem as forças da direita e organizar uma nova economia. Estas organizações dos trabalhadores tinham objectivos políticos bem definidos e propunham-se a transformar-se em organismos reais de poder, porém ainda não se encontravam com grandes divergências com o Governo, e não pretendiam substituí-lo imediatamente, senão serem os organismos alternativos capazes de desencadear a Revolução Socialista. Algumas organizações políticas no início vacinaram um papel fundamental no processo revolucionário chileno, sobretudo a partir de Outubro de 1972 na medida que a classe operária ga-

nhou mais força e experiência. Para o P. C. tratava-se de transformá-los se possível, em corredores do Governo, subordinados e dependentes dele. Pois na medida em que se desenvolve uma organização democrática revolucionária com a participação dos trabalhadores no sentido de resolver seus próprios problemas o reformismo, quer controlar estas iniciativas impondo uma linha que condiz com a sua concepção. O reformismo afirmava que os «Comandos Comunais não deveriam ser concebidos como um poder paralelo e que era necessário buscar as formas que os ligassem aos organismos do Governo».

Reproduzimos, neste número do Revolução, uma plataforma de luta dos cordões industriais, durante o período de aguda crise por que passava o Governo da U. P. frente ao avanço das forças de direita e o boicote do imperialismo. Poucos meses antes, o P. C. havia proposto no «Conclave do 1.º Curro» alguns pontos, dentre os quais «a manutenção de um certo número de empresas nas mãos do Estado que permitisse um acordo com a D. C.», em suma, desenvolver a maioria das empresas ocupadas pelos trabalhadores aos patrões.

Plataforma de luta dos cordões industriais



Meses antes do golpe fascista, o PC chileno juntamente com outros partidos acedia a uma exigência da burguesia e do imperialismo: o desarmamento dos trabalhadores.

«Nós, trabalhadores dos cordões industriais avançamos com o programa de acção imediato da classe:

1. A luta pela passagem às mãos dos trabalhadores, do sector socializado de todas as empresas que produzem bens de primeira necessidade, do sector alimentar e as fábricas de material de construção;
2. A luta pela expropriação das grandes empresas privadas da distribuição;
3. A expropriação das explorações de mais de 40 hectares (irrigados); o confisco da terra e nacionalização da exploração;
4. Constituir o controlo operário da produção e o controlo popular da distribuição. Os trabalhadores decidirão o que se deve produzir para o povo e a utilização dos lucros, e os lugares onde se distribuirão os alimentos. Pa-

ra isso, nós chamamos para a constituição imediata de comités de vigilância operária em todas as empresas do sector privado;

5. A luta para implantar uma direcção operária em todas as empresas do sector socializado;

6. Que não se devolva nenhuma empresa, nem as do sector da construção, nem as outras empresas que estão nas mãos dos trabalhadores. Revogação imediata do projecto Millas;

7. Formação de uma comissão bipartida: Governo-trabalhadores (oficina nacional da distribuição, coordenador provincial dos comandos comunais e coordenador provincial dos cordões industriais) que se ocupam da planificação e do controlo;

8. Poder de sanção das J. A. P. e dos comandos comunais. Controlo do que é fornecido aos comerciantes,

e castigo para aqueles que não querem vender, acaparam e especulam. Fechar os seus comércios e venda directa aos «proladores». Os operários dos cordões industriais mobilizar-se-ão para constituir efectivamente este poder.

9. Emprego estável e garantido para os trabalhadores da construção. Nós exigimos que o Governo acorde do Ministério do Trabalho e da Construção, uma verba suficiente, para impedir que em 3 ou 4 meses, 40 a 50 000 trabalhadores desses Ministérios não fiquem desempregados.

10. Criação de uma empresa nacional da construção que conduza a um sistema único de planificação das aquisições a aprovisionamento e de controlo das máquinas, sob a direcção operária, com a participação dos «proladores».

Estabelecimento de unidades de produção autónomas por especialidade ou tipo (departamento de execução directa).

11. Defender os meios de comunicação que apoiam a luta revolucionária dos organismos de poder dos operários «proladores» e camponeses. Nós apelamos a defesa activa do canal de Televisão, face às manobras da burguesia, para o tirar das mãos dos trabalhadores, e nós lançamos um apelo aos jornalistas de esquerda para que eles hajam realmente ao lado da classe operária.

12. Nós apelamos todos os trabalhadores a constituir os comandos industriais por cordão e os comandos comunais, único meio para a classe operária de dispor de um organismo de acção eficaz, capaz de mobilizá-la e de lhe propor novas tarefas.

Nós chamamos todos os trabalhadores e «pobladores» dos cordões industriais, os comandos comunais e a frente da construção para discutir esta plataforma de luta depois de um comício de massas no teatro Caupolicán, quarta-feira, 28. Nós convocamos para este comício as direcções políticas dos partidos da U. P., do M. I. R. e da C. U. T.

Nós pensamos que controlar os meios de produção e de distribuição, é consolidar o processo, é criar uma nova economia nas mãos da classe operária, é ir para a frente. E é por isso que nós nos opomos a todo o tipo de concessão à burguesia.

Compreendemos a imensa responsabilidade que nos incumbe como trabalhadores, mas exigimos que as nossas propostas sejam ouvidas e aceites; exigimos que nos abram as portas para participar directamente na busca de soluções aos problemas do processo.

Tudo isto significa que os trabalhadores devem participar com o Governo nas definições do processo de construção do socialismo.

Nós, os cordões industriais desenvolveremos a nossa organização e a nossa acção como trabalhadores; a coordenação nacional da construção e os «comandos comunais» agirão juntos e quando necessário, desenvolverão também a crítica e a autocritica, necessária entre as organizações do povo e do Governo numa única perspectiva para chegar ao nosso objectivo: o socialismo no Chile, e a derrota da burguesia e do imperialismo.

Cordões Industriais de Santiago, Comandos Comunais, Coordenadora Nacional da Construção. Fevereiro de 1973.»

AMÉRICA LATINA - ARGENTINA

Resistência à ditadura

— Guerra Revolucionária

Em Março deste ano os militares argentinos voltaram a ocupar o poder. Completa-se assim, a nível de toda a região Sul da América Latina, o quadro das ditaduras militares ultrarepressivas e ultrareaccionárias, estreitamente vinculadas ao imperialismo norte-americano.

No caso dos militares argentinos tratava-se somente de varrer com os últimos vestígios da fachada institucional; pouco depois de instalado o Governo peronista em 1973, o seu controle do aparelho de Estado cresceu permanentemente, juntamente com a crescente direitização do regime peronista. Até à derrocada deste último, foram assassinados mais de dois mil militantes revolucionários pelos grupos para-policiais e para-militares e mais de 20 000 presos políticos encheram as prisões em Março de 1976.

As Forças Armadas argentinas ocupam hoje a totalidade do poder para sistematizar e estender a repressão, tratando de assegurar os interesses do imperialismo e seus aliados locais.

O povo argentino continua em luta e resiste heroicamente perante o novo avanço de seus inimigos, fazendo da Argentina um centro decisivo que influirá no destino da América Latina.

AS LUTAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO ARGENTINO

A classe operária argentina atravessa actualmente um dos momentos mais difíceis da sua história.

A crise económica caracterizada pela altíssima baixa de inflação (500 por cento, em Fevereiro), a queda substancial do salário real (50 por cento entre 6-73 e 3-76) e um aumento notável do número de desempregados (um milhão sobre um total de oito milhões de trabalhadores) colocaram o país numa das piores situações conhecidas depois da crise de 1930.

Porém, uma vez mais a classe operária argentina dá provas do seu alto grau de organização e combatividade. Assim, somente em 1975 realizaram-se no país aproximadamente 1080 greves.

Para afogar as justas reivindicações operárias e populares o Governo montou um brutal aparelho repressivo dirigido contra o movimento operário e as organizações revolucionárias que consiste no seguinte:

a) Acriação e aplicação de leis e decretos repressivos tendentes a restringir o direito à greve e às liberdades sindicais, exemplos são a Lei de Associações Profissionais e a Lei 20 840 sobre o direito à greve;

b) O controle dos organismos sindicais;

c) A eliminação física de delegados e militantes sindicais, utilizando para tal os métodos terroristas (AAA).

Não restam dúvidas que estas medidas, tanto a eliminação física de dirigentes operários como a suspensão de todas as formas de sindicalismo revolucionário, estão dirigidas finalmente a liquidar as formas de sindicalismo que o Governo não pode controlar: as comissões internas de empresa, que juntamente com os corpos de delegados e grêmios em luta convergem na constituição das Coordenadoras de Combate, clara expressão de um sindicalismo surgido das bases.

Contra estes militantes está fundamentalmente dirigida a repressão, como o demonstra entre outros factos o sequestro, no curso dos meses de Fevereiro e Março de 1976, de dezenas de delegados sindicais, muitos dos quais foram encontrados mortos. Os dirigentes assassinados pertenciam a diferentes fábricas de automóveis que

tanto em Córdoba como em Buenos Aires são reconhecidas como as de maior combatividade. São os trabalhadores deste sector Grandes Motores Diesel, Materfer, Motores Diesel Livianos, Perkins, Transax, IKA Renault, Fiat) os que mediante grandes mobilizações obrigaram, no curso do mês de Junho de 1975, a CGT nacional (dirigida por burocratas cúmplices do Governo) a decretar a greve geral, obrigando assim à renúncia dos ministros Celestino Rodrigo (economia) e José Lopez Rega (BienEstar Social, criador da Alianza Anticomunista Argentina — AAA).

Os métodos brutais de agressão aplicados, superam todos os limites de crueldade imaginável: torturas, cadáveres queimados, explosão de corpos com dinamite, afogamentos, etc. Outro método usual é o sequestro dos filhos, esposa ou familiares dos dirigentes revolucionários perseguidos ou mortos por vingança ou intimidação aos operários.

No período compreendido entre o 1.º de Janeiro e 24 de Março de 1976 (data em que se produz o golpe) houve na Argentina cerca de 150 grandes mobilizações dirigidas pela classe operária e outros sectores sociais (empregados públicos, professores, jornalistas, etc.) mobilizados em torno das comissões nos locais de trabalho, sindicatos combativos, coordenadoras de zonas, expressão das Coordenações operárias existentes em todo o país.

Os objectivos destas mobilizações centradas em reivindicações económicas, rapidamente assumiram um carácter político, inevitável no confronto de classe agudo existente na Argentina nestes dias de ditadura militar.

A classe operária e os sectores populares saíram para as ruas, ocuparam fábricas, desenvolveram múltiplas formas de luta no sentido de: repudiar a política económica do Governo (Plan Mondelli) que representava o baixar do salário real e a aceitação plena das directrizes emanadas do FMI; exigir o aumento dos salários, frente ao aumento do custo de vida suportado pelos trabalhadores; reabrir novas frentes de trabalho.

Estas medidas económicas para poderem assumir um movimento amplo a nível nacional e poderem satisfazer os interesses dos trabalhadores de-



Videla — o novo ditador fascista

frontaram-se à partida com a vigência do estado de sítio, imposto pelos militares reaccionários.

Os militares para garantirem os interesses dos patrões e do imperialismo responderam com a força da repressão com o assassinato político, o sequestro e a tortura dos dirigentes revolucionários e sindicais. As mobilizações operárias estão constantemente ameaçadas pela «metralha» reaccionária e proibidas pela vigência do estado de sítio.

Entre as mobilizações mais representativas deste período, pelo número de operários que nelas participaram e o seu alto grau de organização reflectido, sintentizam-se os seguintes factos produzidos em Córdoba, Buenos Aires e Santa Fé.

Em Janeiro de 1976 nos principais centros fabris de Córdoba: Perkins, Thompson, Ramco, Transax, etc. os trabalhadores abandonaram massivamente os seus postos de trabalho em protesto pelo desaparecimento de operários e delegados sindicais. Manifestações de rua são reprimidas pela polícia e os trabalhadores param por tempo indeterminado.

No dia 8 de Março, as plantas da Fiat, IKA Renault, Thomson, Ramco, Perkins, as fábricas de caucho, alimentação, realizam assembleias e abandonam o trabalho contra a política económica do Governo e os acordos do FMI, contra a deterioração do salário real e pelos aumentos imediatos, contra a repressão e pela libertação dos presos políticos.

No dia 18 de Março a polícia reprime e prende vários trabalhadores que integravam uma manifestação de protesto. No dia seguinte os operários de IKA Renault abandonam a fábrica repudiando a agressão policial que assassinou um trabalhador à bala. Na segunda-feira seguinte, anunciaram-se greves no interior da província para resistir aos despedimentos. O grémio da Imprensa decreta uma greve nos diários, rádio e TV, exigindo aumentos outorgados em Janeiro e em repúdio do «Plan Mondelli».

Na província de Buenos Aires, desencadearam-se lutas contra o «Plan Mondelli» e por um salário mínimo de 250 000 pesos, pela libertação dos presos políticos e o congelamento dos

preços. Também se lutava pela renúncia de Isabel e pela realização de eleições livres num prazo de 90 dias.

Por todo o país proliferam comissões internas de empresas que se coordenam numa mesma plataforma de luta. As greves fazem parar o país inteiro que vive debaixo de uma feroz ditadura militar. Os metalúrgicos, os gráficos, os têxteis, a indústria automóvel, a construção civil, param por todo o país desenvolvendo processos de luta contra a burocracia sindical e a política governamental.

A Polícia intervém em todas as greves e manifestações operárias. O Exército ocupa o poder para «extirpar o terrorismo» e tirar o país do «caos económico e da anarquia» em que se encontra. E, com este palavreado que a burguesia gosta de ouvir, reprime os trabalhadores e as organizações revolucionárias, assassina, sequestra e entrega o país ao capital estrangeiro. Os grupos de extrema-direita agem descaradamente como «corredores» das esquadrões da polícia e dos quartéis, sequestrando operários e revolucionários. Tal como nos outros países que vivem uma feroz ditadura militar, criaram-se os mais diversos e refinados aparelhos de repressão e tortura. Os militares retiram os presos políticos dos campos de concentração e das prisões para os explodirem com dinamite e, depois, insinuar acções fantasmagóricas para assim aterrorizar a classe operária e os seus aliados.

JUNTA MILITAR ARGENTINA — O MESMO PROGRAMA DE PINOCHET

Apenas três dias depois de derrubado o Governo peronista, o Fundo Monetário Internacional concede à ditadura um empréstimo de 130 milhões de dólares, cujo outorgamento vinha sendo adiado à meses.

Este empréstimo havia sido solicitado ao FMI pelo Governo peronista que havia colocado o país à beira da cessação dos pagamentos internacionais e nacionais: o «déficit» da balança de pagamentos foi de 1000 milhões de dólares em 1975 — 1/3 das impor-

Continua na pág. 15

Continuação da pág. 14

tações — e a dívida externa era de 10 000 milhões de dólares — 400 dólares por habitante, a mais alta do mundo. As tentativas do Governo peronista de fazer com que os trabalhadores pagassem o preço da crise, tendo fracassado os empréstimos do FMI, fracassaram parcialmente ante a resistência e mobilização popular.

A rápida decisão do FMI bastaria para revelar o carácter do golpe militar na Argentina, porém, existem outros dados importantes:

— proibem-se as negociações colectivas de salários. A Junta ditará os aumentos salariais. Enquanto os salários se mantêm congelados, o índice do nível de preços aumentava em mais de 50 por cento — segundo as duvidosas estatísticas oficiais — em mês e meio de ditadura militar. A esta queda do salário real soma-se a verificada durante o Governo peronista: de um índice 100 em Junho de 1973, o salário real baixa a 60 em Março de 1976;

— anuncia-se a «racionalização» da administração pública, o que para a ditadura significa o despedimento de 300 mil empregados públicos, que deverão juntar-se ao milhão de desocupados (11 por cento da população activa — que já existem);

— eliminam-se os escassos controlos ao capital estrangeiro que ainda sobreviviam, e prometem-se privilégios para alentar os investimentos. A Junta entrega o país ao capital estrangeiro garantindo-lhe a retirada total dos lucros para as metrópoles das multinacionais;

— entrega-se ao capital privado um conjunto de empresas que se encontram nas mãos do Estado;

— desvaloriza-se o peso (moeda argentina); multiplicam-se os preços da carne e dos cereais, beneficiando os latifundiários e encarecendo os bens de subsistência;

— entrega-se a comercialização de cereais às corporações multinacionais.

O complemento imprescindível deste «programa» é uma brutal intensificação da repressão, a interdição de todas as formas de expressão política e sindical dos trabalhadores, a eliminação das mais elementares liberdades e garantias democráticas;

— estabelece-se a pena de morte; toda a população civil fica sujeita aos procedimentos da justiça militar; esta-

belecem-se conselhos de guerra para julgar os «delitos contra a segurança comum» (A Junta Militar deixa que as suas «próprias regras» não sejam aplicadas: o número de assassinatos e sequestros em mãos de grupos militares e policiais aumentam depois do golpe).

— proibem-se as greves e as diminuições do ritmo de trabalho.

Proibe-se a actividade gremial. A CGT e os sindicatos mais importantes sofrem intervenção militar. Revoga-se grande parte da legislação trabalhista que protegia os direitos elementares dos trabalhadores. Um milhão e meio de trabalhadores do Estado são postos debaixo da autoridade militar. Todos os lugares de trabalho são declarados «objectivos militares».

— proibe-se a actividade política; — estabelece-se a censura da Imprensa, que se soma à autocensura e controlo vigente durante o Governo peronista;

— 20 000 presos políticos sobrevivem dificilmente nas prisões, campos de concentração e quartéis das Forças Armadas em condições infra-humanas e debaixo de permanentes ameaças.

Porém, esta repressão brutal e face ao «programa» da Junta Militar, a resistência e a luta dos operários e demais sectores populares desenvolve-se através de diferentes formas de luta: Os trabalhadores dos mais importantes centros industriais (Buenos Aires, Córdoba, Gran Rosario, etc) recorrem à sabotagem sistemática como método de oposição. Em muitas fábricas a sabotagem dos trabalhadores reduziu em metade a produção. Multiplicam-se as acções de resistência armada: mais de trinta nos primeiros meses de vigência da ditadura militar.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO — UNIDADE NA LUTA

Os trabalhadores argentinos através das lutas que desencadearam e com a grande experiência adquirida, uma das mais importantes de todo o continente, constituíram seus aparelhos de imprensa, comunicações, reuniões, comissões de luta. Conseguiram estabe-

lecer bases de trabalho dentro e fora das fábricas.

Os trabalhadores da maioria dos 120 ou 130 grandes gremios que existem na Argentina adoptaram novas formas de luta e organização, uma cultura nova dentro da prática da luta de classes. A luta contra a burocracia sindical e o reformismo, assumiu um nível sem precedentes na história do movimento revolucionário latino-americano, demarcando claramente uma perspectiva revolucionária para a tomada do Poder.

As forças da esquerda revolucionária argentina conseguem na prática desenvolver uma alternativa ao reformismo e às conciliações de classe que tentam desenvolver-se no seio do movimento operário e popular. Hoje, mais que nunca, desenvolve-se um movimento revolucionário ao nível da vanguarda dos operários e camponeses. Na luta de resistência, na ofensiva e contra-ofensiva o PRT-ERP e os MONTONEROS estão vencendo as divergências políticas que os dividiam, através da prática unitária e da luta político-ideológica. A unidade revolucionária adquire-se na acção e no debate na base e na vanguarda, tendo como ponto de referência a realidade de aguda luta de classes em que vive o país e a necessidade de unir as forças, unir os trabalhadores para

combater o inimigo comum, a burguesia, o latifúndio e o imperialismo.

O trabalho conjunto dessas organizações, no momento de crise mundial do capitalismo, da derrota do revisionismo e o seu conseqüente descenso (O Chile foi a maior lição que tivemos nos últimos anos e em que o reformismo hegemónico capitulou frente à burguesia e o imperialismo, iludindo as massas trabalhadoras com o seu pacifismo) é de enorme importância e exemplo para o movimento revolucionário latino-americano.

O que está em jogo na Argentina não é somente a existência de uma vanguarda revolucionária, mas sim o desenvolvimento desta vanguarda ligada às lutas dos trabalhadores, aos seus interesses económicos e políticos, à tomada do poder e a conseqüente destruição do aparelho de estado burguês-imperialista.

Esta unidade que se consolida entre o PRT-ERP e os MONTONEROS, significaria para nós a unidade dos trabalhadores numa única perspectiva político-ideológica, na superação do sectarismo e dos erros cometidos. Significaria uma importante vitória para o movimento revolucionário latino-americano para a continuidade da luta de resistência à ditadura militar, para o triunfo da guerra revolucionária sobre a burguesia e o imperialismo.



A morte é lugar comum na Argentina

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuição: DIG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa

Morreu um revolucionário

Mao-Tsé-Tung, o principal teórico e dirigente da Revolução Chinesa que abalou o mundo nos anos 40 e um dos maiores contribuidores na teoria marxista-leninista, faleceu em Pequim aos 82 anos de vida intensa pela Revolução.

Mao-Tsé-Tung conquistou um lugar importante na História, dirigindo a luta do campesinato e dos operários chineses contra o regime podre de Tchang-Kai-Cek. A revolução popular que ele conduziu finalmente destruiu a propriedade feudal e a fome e a opressão que passava o povo chinês. Esta revolução mudou radicalmente a China derrotando o imperialismo e fazendo fim à pilhagem que estes haviam praticado há mais de um século.

Mao-Tsé-Tung quando estudante entra em 1921 no jovem Partido Comunista Chinês e participou na primeira vaga revolucionária do proletariado chinês aos anos 25. O PCC foi desde então o representante da classe operária e do extenso campesinato. Nesta época histórica o PCC entrou em combate não somente numa perspectiva de libertação nacional, mas na da Revolução mundial proletária. Os erros dos dirigentes da URSS e sobretudo dos chefes estalinistas da Internacional Comunista levaram finalmente em 1927 o movimento operário chinês e o PC à derrota, paga com milhares de mortos e uma repressão brutal.

É esta derrota que orientou Mao e o PCC que continua a desempenhar o seu papel de vanguarda numa outra via auto-criticando-se dos erros anteriores. Iniciou-se a Longa Marcha durante a qual os revolucionários foram capazes de se ligar ao campei-

nato como sem dúvida poucos partidos o fizeram na história.

Os conflitos entre as classes sociais em luta e sobretudo a tentativa da burguesia e do imperialismo em recuperarem esta Revolução são uma das características da Nova China, ao contrário da «estabilização» da URSS. O movimento das massas populares e em primeiro plano do proletariado contribuiu inequivocamente para o desenvolvimento permanente político-ideológico e económico da Revolução Proletária.

O aparecimento da viagem radical do PCUS no seu XX congresso, para o revisionismo de «grande potência» como o definia Lenine, conduziu a China a uma posição avançada no movimento comunista internacional.

Porém a China assume uma posição nos anos seguintes tão hegemónica no seio do movimento revolucionário. Quanto ao PCUS que já há muito propagava «modelos-2» e «fórmulas» para qualquer continente ou país em vias de desencadear um processo de aguda luta de classes.

O avanço teórico, político e militar contribuiu imenso para o movimento revolucionário porém os revolucionários de todo o mundo não podem deixar de orientar-se pelas condições económicas e sociais e interpretar a realidade, à luz do marxismo e traçar a sua estratégia e a sua tática de intervenção — a luta de classes tendo como objectivo a Revolução Socialista, o Comunismo e a prática do internacionalismo proletário.

A Revolução Chinesa continua a sua trajetória através de lutas existentes pela Revolução Proletária Mundial

EDITORIAL

O discurso do Primeiro-Ministro veio mostrar às massas trabalhadoras qual a verdadeira face do Governo e mostrou-nos também qual o ritmo da corrida para a direita do actual poder político militar.

Mário Soares fez um discurso que é uma peça escrita contra os trabalhadores em que nada é dito contra o capital. O Primeiro-Ministro cumpriu assim um papel que poderia ter sido cumprido pelos secretários-gerais do PPD ou do CDS. A sua intervenção expôs todo um programa de combate às conquistas dos trabalhadores. A reforma agrária, cujos resultados ao nível do aumento de produção são por demais conhecidos, foi caluniada pelo secretário-geral do PS e passando por cima do que significa a ocupação colectiva de terras dantes pertença de grandes agrários, diz que o Governo vai passar à desocupação de cento e uma herdades que não cumprem os cinquenta mil pontos apontados no decreto já promulgado.

Mostrando a sua disposição de combater tudo o que sejam acções dos trabalhadores para acabar com as miseráveis condições de vida Soares diz que não há mais ocupações de casas e que se tem que proteger o direito dos senhorios à propriedade privada, para incentivar a construção. Como se a construção de prédios se fizesse para que existam casas onde seja possível habitarem os actuais ocupantes! Como se as rendas dos novos prédios fossem de molde a ser pagas pelos trabalhadores! Como se o Governo não pudesse construir sem ser necessário ser incentivado! O Primeiro-Ministro nomeia-se a si próprio chefe dos despejos, dispondo-se a mandar de novo para as barracas todos aqueles que há algum tempo gozavam da protecção de uma casa de pedra e cal. Mas o Primeiro-Ministro afirma que é socialista...

E não se fica por aí dispõe-se também a entregar de novo aos antigos patrões as empresas em autogestão que o Governo achar conveniente e também aqueles que estão nacionalizadas e que acharem por bem Declara também que outras empresas serão fechadas não se incomodando pois em aumenta o desemprego, que já vai em 500 000 (e depois promovem programas de televisão em que falam de preguiça dos parasitas etc.)

E a acompanhar este programa de recuperação capitalista o Governo promete idênticas medidas ao nível da repressão da educação: proibidos plênários de empresa alterado o programa de história do ciclo, fiscalizadas as baixas etc. E as medidas práticas fazem-se sentir nos saneamentos que se executam todos os dias e que ameaçam os trabalhadores (como a lista de trabalhadores proposta para saneamento na Lisnave onde o critério político é o único mas embrulhado em pretextos não políticos

É esta a face reaccionária que o Primeiro-Ministro mostrou ao país, desenganando aqueles que o acreditaram socialista e criando desorientação e revolta nas próprias bases do PS. Demonstra-se pois mais uma vez que a situação económica não permite ilusões sociais democratas e que a fasciização é necessária para a burguesia. Mas esta não ficará por aqui. Seguir-se-ão os Governos sucessivamente mais à direita: governo militar e civil defendido pelo PPD governo civil de direita defendido pelo CDS. Mas isto não chega para a burguesia; esta terá necessidade de desencadear um golpe fascista para estabelecer um regime de terror.

Terá necessidade de desencadear-se. Se entretanto os trabalhadores não se organizarem para travar o passo à burguesia no sentido de substituir o poder burguês por um poder proletário. Os trabalhadores terão pois que escolher entre o fascismo com o qual a burguesia terá que governar e a revolução socialista que os trabalhadores terão que fazer.

Mas para tal os trabalhadores terão que se organizar numa base de unidade revolucionária. Essa unidade revolucionária é a que se está a fomentar no MUP. O Movimento de Unidade Popular é composto de quatro componentes: GDUP's, organizações populares de base, partidos e militares progressistas. Deste movimento nascerá um novo partido revolucionário, forjado na luta diária e na luta pela tomada do poder e que apontará para o nascimento no futuro de uma organização revolucionária de novo tipo, que não tem nada a ver com uma frente, mas que também não se identifica com os partidos clássicos.

Mas para que se forje o MUP é necessário que desde já haja um clima de democraticidade e de polémica saudável dentro das várias componentes do Movimento, entre as quais os GDUP's. Esse clima frequentemente não tem existido, dada a presença de uma corrente reformista e stalinista no seio dos GDUP's que é a UDP. Os seus conceitos a respeito da sociedade socialista, da revolução, dos partidos dos trabalhadores, das relações internacionais, da democraticidade interna chocam com as outras organizações presentes no MUP e com os princípios programáticos enunciados durante a campanha eleitoral. Esta contradição tem que ser resolvida no seio do Movimento.

Por isso o Congresso dos GDUP's tem que fazer uma definição de quais os objectivos e a tática em relação à actual situação política. Por

isso também o Movimento com as suas outras componentes tem que se definir para que não seja um saco onde tudo cabe, mas sim um lugar de encontro de todos aqueles que querem chegar ao mesmo fim pelos mesmos meios.

20.º aniversário da fundação do PAIGC

No dia 12 de Setembro celebrou-se o 52.º aniversário do nascimento de Amílcar Cabral, militante número um do PAIGC. Amílcar Cabral brilhante dirigente da Luta de Libertação Nacional da Guiné Bissau e Cabo Verde foi um dos fundadores e forjador do instrumento que transformou a resistência desorganizada em golpes duros e acertados contra o colonialismo e a garantia da transformação de uma sociedade, a proclamação da República da Guiné-Bissau, fruto do sacrifício da luta do povo guineense.

Amílcar Cabral que transformou em actos as suas palavras: «Camaradas, eu jurei a mim mesmo, nunca ninguém me mobilizou, trabalhar para o meu povo. Eu jurei a mim mesmo que tenho que dar a minha coragem, toda a capacidade que posso ter como homem, até ao dia em que morrer, ao serviço do meu povo, na Guiné e Cabo Verde, ao serviço da causa da humanidade, para dar a minha contribuição, na medida do possível, para a vida do homem se tornar melhor no mundo.

Este é que é o meu trabalho».

A 20 de Janeiro de 1973 foi assassinado pelas balas do colonialismo e aqueles que planificaram o seu assassinato ainda continuam à solta no nosso país. Amílcar Cabral, não assistiu sequer à proclamação da independência a 24 de Setembro de 1973 no Boé, mas morreu com a certeza de que a causa encetada contra o colonialismo estava em vias de triunfar. Os representantes do povo da Guiné Bissau e Cabo Verde nas Assembleias Nacionais Populares escolheram o dia 12 de Setembro como sendo o dia da Nacionalidade em homenagem àquele que personificou todo o espírito de unidade Guiné-Cabo Verde rumo que desde o início orientou a actividade do PAIGC.

No dia 19 de Setembro comemora-se o 20.º aniversário da fundação do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) que desde o seu início trouxe mas fileiras revolucionárias como Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral e outros.